

Doing  
Business



# DOING BUSINESS 2013

**Regulamentos Inteligentes para  
Pequenas e Médias Empresas**

2007 2012  
2005 2009 2004 2011  
2008 2006 2010 2013

COMPARANDO REGULAMENTOS APLICÁVEIS A EMPRESAS LOCAIS EM 185 ECONOMIAS

10ª EDIÇÃO

© 2013 Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento/Banco Mundial

1818 H St., NW,  
Washington, DC 20433  
Telefone: 202-473-1000  
Internet: [www.worldbank.org](http://www.worldbank.org)

Alguns direitos reservados  
1 2 3 4 15 14 13 12

Uma copublicação do Banco Mundial e da Corporação Financeira Internacional.

Este volume foi produzido pelo pessoal do Banco Mundial com contribuições externas. Cumpre notar que o Banco Mundial não é necessariamente proprietário de todos os componentes do conteúdo incluído no trabalho. Portanto, o Banco Mundial não garante que o uso do conteúdo do trabalho não infrinja direitos de terceiros. O risco de reivindicações resultantes de tal infringimento recai inteiramente sobre o usuário.

As apurações, interpretações e conclusões expressas neste trabalho não refletem necessariamente a opinião do Banco Mundial, de sua Diretoria Executiva nem dos governos dos países que representam. O Banco Mundial não garante a exatidão dos dados apresentados neste trabalho. As fronteiras, cores, denominações e outras informações apresentadas em qualquer mapa deste trabalho não indicam nenhum julgamento do Banco Mundial sobre a situação legal de qualquer território, nem o endosso ou a aceitação de tais fronteiras.

Nada aqui constitui ou pode ser considerado como constituindo uma limitação ou dispensa de privilégios e imunidades do Banco Mundial, os quais são especificamente reservados.

#### Direitos e Permissões



Este trabalho está disponibilizado nos termos da licença Creative Commons Attribution 3.0 Unported (CC BY 3.0) <http://creativecommons.org/licenses/by/3.0>. Nos termos da licença Creative Commons Attribution, o usuário pode copiar, distribuir, transmitir e adaptar este trabalho, inclusive para fins comerciais, nas seguintes condições:

**Atribuição** — Favor citar o trabalho como segue: World Bank. 2013. *Doing Business 2013: Regulamentos Inteligentes para Pequenas e Médias Empresas*. Washington, D.C.: Grupo Banco Mundial. Licença: Creative Commons Attribution CC BY 3.0

**Tradução** — Se o usuário traduzir este trabalho, favor acrescentar o seguinte termo de isenção de responsabilidade juntamente com a atribuição: *Esta tradução não foi feita pelo Banco Mundial e não deve ser considerada tradução oficial do Banco Mundial. O Banco Mundial não será responsável por nenhum conteúdo ou erro da tradução.*

Todas as consultas sobre direitos e licenças, devem ser endereçadas a: Office of the Publisher, The World Bank, 1818 H Street, NW, Washington, D.C. 20433, USA; fax: 202-522-2625; e-mail: [pubrights@worldbank.org](mailto:pubrights@worldbank.org).

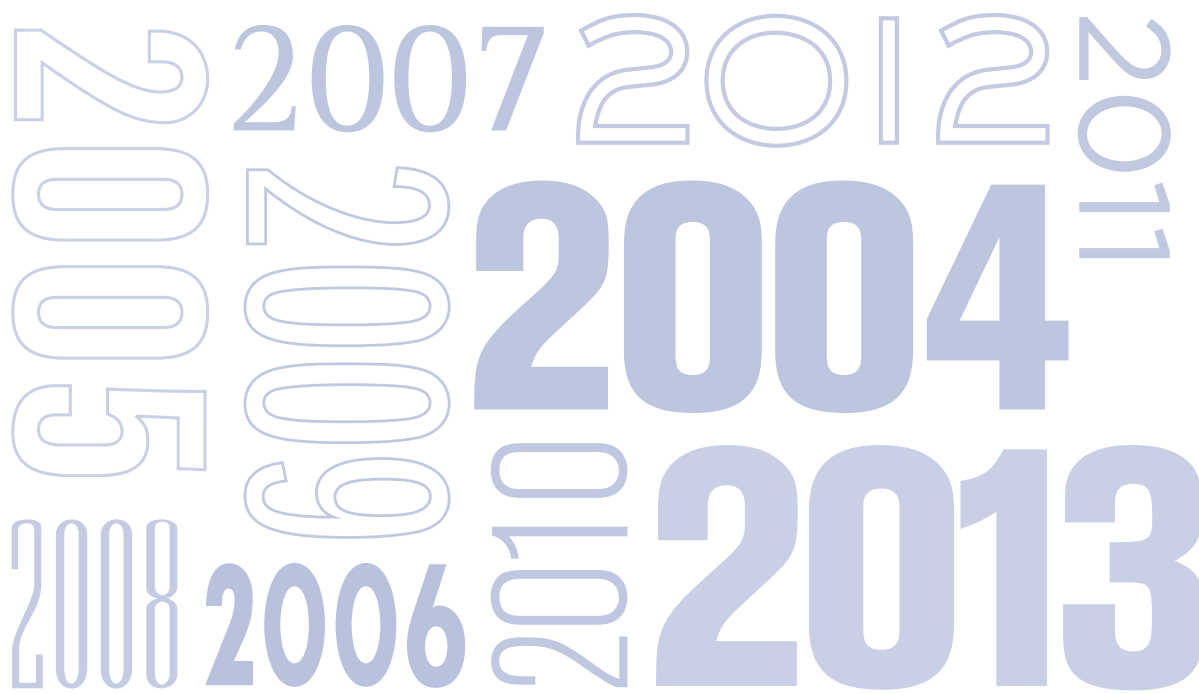
Exemplares adicionais de *Doing Business* podem ser adquiridos no website [www.doingbusiness.org](http://www.doingbusiness.org).

*Design da capa:* Corporate Visions, Inc.



# DOING BUSINESS 2013

Regulamentos Inteligentes para  
Pequenas e Médias Empresas



COMPARANDO REGULAMENTOS APLICÁVEIS A EMPRESAS LOCAIS EM 185 ECONOMIAS

UMA COPUBLICAÇÃO DO BANCO MUNDIAL E DA CORPORAÇÃO FINANCEIRA INTERNACIONAL.

## RECURSOS NO WEBSITE DO DOING BUSINESS

### Características atuais

Notícias sobre o projeto *Doing Business*  
<http://www.doingbusiness.org>.

### Classificações

Classificações das economias — de 1 a 185  
<http://www.doingbusiness.org/rankings/>

### Dados

Todos os dados das 185 economias — classificações dos tópicos, valores dos indicadores, listas de procedimentos regulatórios e detalhes que servem de base aos indicadores  
<http://www.doingbusiness.org/data/>

### Relatórios

Acesso aos relatórios do *Doing Business*, bem como relatórios subnacionais e regionais, estudos de casos de reforma, e perfis regionais e de cada economia  
<http://www.doingbusiness.org/reports/>

### Metodologia

Metodologias e documentos de pesquisa que servem de base ao *Doing Business*  
<http://www.doingbusiness.org/methodology/>

### Pesquisa

Resumos de documentos sobre temas do *Doing Business* e questões sobre políticas relacionadas  
<http://www.doingbusiness.org/research/>

### Reformas do *Doing Business*

Resumos das reformas de regulamentos de negócios do DB2013, listas das reformas desde o DB2008 e uma ferramenta de simulação de classificação  
<http://www.doingbusiness.org/reforms/>

### Dados históricos

Conjuntos de dados personalizados desde o DB2004  
<http://www.doingbusiness.org/custom-query/>

### Biblioteca jurídica

Uma coleção on-line de leis e regulamentos aplicáveis a empresas e questões de gênero.  
<http://www.doingbusiness.org/law-library/>  
<http://wbl.worldbank.org/>

### Colaboradores

Lista de mais de 9.600 especialistas em 185 economias que participam no *Doing Business*  
<http://www.doingbusiness.org/contributors/doing-business/>

### NOVO! Dados sobre empreendedorismo

Dados sobre a densidade de empresas (número de empresas recém-registradas por 1.000 pessoas em idade de trabalho) em 130 economias  
<http://www.doingbusiness.org/data/exploretopics/entrepreneurship/>

### Mais novidades

Em breve — informações sobre boas práticas e dados sobre a transparência e sobre a distância até a fronteira

2007 2012  
2005 2009 2011  
2008 2006 2010 2013

# Sumário

- v Prefácio
- 1 Resumo executivo
- 15 Sobre o *Doing Business*: medindo o impacto

*Doing Business 2013* é a décima edição de uma série de relatórios anuais que investigam as regulamentações que melhoram o ambiente de negócios, assim como as regulamentações que o restringem. O *Doing Business* apresenta indicadores quantitativos sobre as regulamentações de negócios e a proteção dos direitos de propriedade que podem ser comparados entre 185 economias — do Afeganistão ao Zimbábue — e ao longo do tempo.

São abordadas regulamentações que afetam 11 áreas do ciclo de uma empresa: abertura de empresas, obtenção de alvarás de construção, obtenção de eletricidade, registro de propriedade, obtenção de crédito, proteção de investidores, pagamento de impostos, comércio entre fronteiras, execução de contratos, solução de insolvência e emprego de trabalhadores. Os dados sobre emprego de trabalhadores não estão incluídos na classificação deste ano sobre a facilidade para fazer negócios.

Os dados do *Doing Business 2013* foram atualizados até 1º de junho de 2012. Os indicadores são usados para analisar resultados econômicos e identificar onde e como reformas de regulamentações de negócios tem funcionado.



# Prefácio

Esta é a décima edição do relatório *Doing Business*. Publicado pela primeira vez em 2003 com 5 grupos de indicadores para medir a regulamentação de negócios em 133 economias, o relatório tornou-se uma publicação anual abrangendo 11 grupos de indicadores e 185 economias. Nesses 10 anos, o *Doing Business* já registrou quase 2.000 reformas de regulamentações de negócios nas áreas compreendidas pelos indicadores. Pesquisadores já produziram muito mais de 1.000 artigos em publicações científicas utilizando os dados publicados no *Doing Business* — trabalho que ajuda a explorar várias das principais questões do nosso tempo.

O *Doing Business 2013* contém novas informações para inspirar os formuladores de políticas e pesquisadores. Uma constatação é que a Polônia avançou na maioria das medidas do *Doing Business* no período 2011/12, enquanto Cingapura mantém sua liderança na classificação geral. Outra constatação é que as economias europeias que enfrentam dificuldade financeira estão envidando esforços para melhorar o clima de negócios e isso está começando a se refletir nos indicadores que são acompanhados pelo *Doing Business*, estando a Grécia entre as 10 economias que mais progrediram nas medidas do *Doing Business* no último ano. Parte da solução para o elevado endividamento é a retomada do crescimento econômico e há um amplo consenso de que a criação de um ambiente mais amigável para os empreendedores é fundamental para esse objetivo. Mas talvez a constatação mais animadora seja a que demonstra um avanço regular entre 2003 e 2012 no sentido de uma melhor regulamentação de negócios nas várias economias incluídas. Com algumas exceções, todas as economias cobertas pelo *Doing Business* reduziram o hiato na prática regulatória de negócios com o melhor desempenho global nas áreas medidas pelos indicadores. Essa é uma corrida muito bem-vinda em direção ao topo.

Coletando os mais de 57.000 pontos de dados exclusivos do *Doing Business* a cada ano e inserindo-os em um contexto mais amplo de política econômica e desenvolvimento é um grande empreendimento. Agradecemos à equipe e aos colaboradores do *Doing Business* por seus esforços. A coleta e análise de dados para o *Doing Business 2013* foram realizadas por intermédio do Departamento de Indicadores e Análise Globais sob a direção geral de Augusto Lopez-Claros. O projeto foi gerenciado por Sylvia Solf e Rita Ramalho, com o apoio de Carolin Geginat e Adrian Gonzalez. Os outros membros que compuseram a equipe foram: Beatriz Mejia Asserias, Andres Baquero Franco, Karim O. Belayachi, Iryna Bilotserkivska, Mariana Carvalho, Hayane Chang Dahmen, Rong Chen, Maya Choueiri, Dariga Chukmaitova, Santiago Croci Downes, Fernando Dancausa Diaz, Marie Lily Delion, Raian Divanbeigi, Alejandro Espinosa-Wang, Margherita Fabbri, Caroline Frontigny, Betina Hennig, Sarah Holmberg, Hussam Hussein, Joyce Ibrahim, Ludmila Jantuan, Nan Jiang, Hervé Kaddoura, Paweł Kopko, Jean Michel Lobet, Jean-Philippe Lodugnon-Harding, Frédéric Meunier, Robert Murillo, Joanna Nasr, Marie-Jeanne Ndiaye, Nuria de Oca, Mikiko Imai Ollison, Nina Paustian, Galina Rudenko, Valentina Saltane, Lucas Seabra, Paula Garcia Serna, Anastasia Shegay, Jayashree Srinivasan, Susanne Szymanski, Moussa Traoré, Tea Trumbic, Marina Turlakova, Julien Vilquin, Yasmin Zand e Yucheng Zheng.

Mais de 9.600 advogados e outros profissionais contribuíram seu tempo generosamente para fornecer as avaliações jurídicas que servem de base para os dados. Queremos agradecer em especial aos colaboradores mundiais: Advocates for International Development; Allen & Overy LLP; American Bar Association, Seção de Direito Internacional; Baker & McKenzie; Cleary Gottlieb Steen & Hamilton LLP; Ernst & Young; Ius Laboris, Alliance of Labor, Employment, Benefits and Pensions Law Firms; KPMG; the Law Society of England and Wales; Lex Mundi, Association of Independent Law Firms; Panalpina; PwC; Raposo Bernardo & Associados; Russell Bedford International; SDV International Logistics; e Security Cargo Network. Os esforços de todos esses colaboradores ajudam a manter a voz diferenciada do *Doing Business* e sua contribuição anual para a reforma da regulamentação de negócios.

Dez anos representam um bom período para se fazer uma avaliação do rumo que o mundo tomou nas práticas regulatórias de negócios e dos desafios que ainda persistem. Convidamos a todos para fornecerem seu feedback no website do *Doing Business* (<http://www.doingbusiness.org>) e a participarem da discussão enquanto desenvolvemos o projeto nos próximos anos.

Atenciosamente,



Janamitra Devan  
Denzil Douglas Vice-Presidente e Chefe da Rede  
Desenvolvimento financeiro e do setor privado  
Grupo Banco Mundial





## Resumo executivo

Esta 10ª edição do relatório *Doing Business* é um bom momento para fazer uma avaliação — examinar até que ponto o mundo progrediu em termos das práticas regulatórias de negócios e que desafios restam à frente. No primeiro relatório, uma das constatações principais foi o fato de que as economias de baixa renda tinham sistemas regulatórios onerosos. Dez anos depois, nota-se que as práticas regulatórias de negócios nessas economias têm aumentado gradualmente mas visivelmente, aproximando-se das práticas mais eficientes das economias de alta renda (Box 1.1). Até que ponto essa diferença foi reduzida? Algumas regiões fecharam o hiato regulatório mais rapidamente do que outras? O relatório deste ano apresenta essa história. Ele destaca as tendências importantes na reforma regulatória e identifica as regiões e economias que proporcionam as

maiores melhorias para empreendedores locais. Destaca também as áreas de regulamentação de negócios que receberam a maior parte das atenções e as áreas que ainda necessitam de mais progresso.

O relatório também analisa as pesquisas feitas sobre as reformas regulatórias que funcionaram e de qual maneira. Agora, com 10 anos de dados sobre as reformas e práticas regulatórias em todo o mundo, maiores informações estão disponíveis para abordar essas questões. O relatório descreve apenas algumas das principais conclusões. Entre os pontos principais, destacam-se os mencionados a seguir. Uma regulamentação mais simples dos negócios promove o crescimento econômico. Um processo do registro mais simples de empresas promove um maior empreendedorismo e maior produtividade das empresas, enquanto um custo de

### BOX 1.1 CONCLUSÕES PRINCIPAIS DESDE 2003 E DO PRIMEIRO RELATÓRIO *DOING BUSINESS*

- Nesses 10 anos 180 economias implementaram cerca de 2.000 reformas regulatórias na área de negócios, segundo as áreas medidas pelo *Doing Business*.
- A Europa Oriental e Ásia Central foi a região com o maior progresso, ultrapassando o Leste Asiático e Pacífico como a segunda região mais propícia aos negócios de acordo com os indicadores do *Doing Business*. As economias de alta renda da OCDE continuam a apresentar o ambiente mais propício aos negócios.
- As práticas regulatórias de negócios vêm convergindo lentamente, à medida que as economias, inicialmente com baixo desempenho, reduzem a lacuna ao apresentarem melhor desempenho. Entre as 50 economias com as melhorias mais significativas desde 2005, a maior parcela — um terço — está na África Subsaariana.
- Entre as categorias de práticas regulatórias de negócios medidas pelo *Doing Business*, há mais convergência nas áreas que se relacionam com a complexidade e o custo dos processos regulatórios (abertura de empresas, registro de propriedades, alvarás de construção, obtenção de eletricidade, pagamento de impostos e procedimentos de comércio entre fronteiras) do que naquelas que se relacionam com a solidez das instituições jurídicas (execução de contratos, resolução de insolvência, informação sobre o crédito, direitos legais dos mutuários e mutuantes e proteção de acionistas minoritários).
- Dois terços de quase 2.000 reformas registradas pelo *Doing Business* concentraram-se na redução da complexidade e do custo dos processos regulatórios.
- Um conjunto crescente de pesquisas mostra a relação entre a regulamentação mais simples de negócios e uma série de resultados econômicos, tais como crescimento mais rápido de empregos e um ritmo acelerado da criação de novas empresas.

### CONCLUSÕES PRINCIPAIS DE 2011/2012

- No mundo inteiro, 108 economias implementaram 201 reformas regulatórias em 2011-2012, facilitando a realização de negócios segundo as áreas medidas pelo *Doing Business*.
- A Polônia foi o país com o maior progresso na facilidade para fazer negócios, tendo reformas em quatro áreas: na facilidade do registro de propriedades, no pagamento de impostos, na execução de contratos e na resolução de insolvências, conforme medido pelo *Doing Business*.
- A Europa Oriental e Ásia Central foi a região que mais uma vez teve a maior parcela das economias implementando reformas regulatórias — 88% das economias nesta região tiveram reformas em pelo menos uma das áreas medidas pelo *Doing Business*.
- As economias europeias em dificuldades financeiras estão procurando melhorar o clima de negócios, como os indicadores do *Doing Business* estão começando a demonstrar. A Grécia é uma das 10 economias com maior progresso globalmente em 2011-2012.
- As reformas observadas concentram-se principalmente na abertura de novas empresas, na eficiência da administração tributária e no comércio internacional. Das 201 reformas regulatórias registradas no ano passado, 44% concentraram-se nessas três áreas.

registro mais baixo melhora as oportunidades do emprego formal. Um ambiente regulatório eficaz incentiva o desempenho comercial. E uma infraestrutura sólida do mercado financeiro, incluindo tribunais, credores e leis de insolvência, além de registros de crédito e garantias, aumenta o acesso ao crédito (ver o capítulo “Sobre o *Doing Business*”).

## QUAIS SÃO AS REGRAS SMART PARA OS NEGÓCIOS?

Assim como as boas normas são necessárias para permitir o fluxo de tráfego em uma cidade, elas são também essenciais para permitir o fluxo das transações de negócios. As boas regulamentações de negócios permitem a prosperidade do setor privado e a expansão da rede de transações dos negócios. Mas as regulamentações implementadas para assegurar a atividade econômica e facilitar as operações de negócios que são deficientemente elaboradas podem tornar-se obstáculos à realização de negócios. Podem ser como sinais de trânsito disponibilizados para prevenir engarrafamentos, mas que são ineficazes se a luz permanecer vermelha por uma hora. A maioria das pessoas ultrapassaria esse sinal vermelho, do mesmo modo que a maioria dos negócios que enfrentam regulamentações onerosas tentará burlá-las para continuar em atividade.

O alcance do ponto de equilíbrio nas regulamentações dos negócios pode ser um desafio. Torna-se um desafio ainda maior em um mundo em evolução, onde as regulamentações devem continuamente ser adaptadas a novas realidades. Assim como os sistemas de tráfego devem ser ajustados quando uma nova estrada está sendo construída, as regulamentações precisam ser adaptadas às novas demandas do mercado e às mudanças em termos de tecnologia (tais como o uso crescente de tecnologias de informação e comunicação nos processos de negócios).

Esse desafio é um ponto de foco importante deste relatório. Por meio de indicadores que comparam 185 economias, o relatório *Doing Business* mede e acompanha as mudanças nas regulamentações que se aplicam às pequenas e médias empresas nacionais em 11 áreas dos seus ciclos de vida. A classificação agregada deste ano sobre a facilidade para fazer negócios baseia-se em conjuntos de indicadores que medem e comparam as regulamentações que afetam 10 dessas

áreas: abertura de empresas, obtenção de alvarás de construção, obtenção de eletricidade, registro de propriedades, obtenção de crédito, proteção de investidores, pagamento de impostos, comércio entre fronteiras, execução de contratos e resolução de insolvências. O relatório *Doing Business* também documenta regulamentações sobre os empregos dos trabalhadores, que não estão incluídas na classificação agregada deste ano ou na contagem de reformas.

As economias com a classificação mais alta sobre a facilidade para fazer negócios não são as economias onde não há regulamentações, mas sim as economias cujos governos têm conseguido criar normas que facilitam interações no mercado sem a criação de obstáculos desnecessários para o desenvolvimento do setor privado. Basicamente, o *Doing Business* gira em torno de regulamentações SMART (simples, significativas, adaptáveis, relevantes e transparentes) dos negócios, e não necessariamente em torno de menos regulamentações (ver Figura 2.1 no capítulo “Sobre o *Doing Business*”).

O *Doing Business* abrange dois tipos de indicadores: indicadores relacionados à *solidez das instituições* jurídicas relevantes à regulamentação de negócios e indicadores relacionados à *complexidade e ao custo dos processos* regulatórios. Os indicadores no primeiro grupo enfatizam a estrutura regulatória e jurídica para obtenção de crédito, proteção de investidores, execução de contratos e resolução de insolvências. Os indicadores no segundo grupo enfatizam o custo e a eficácia de processos regulatórios para abertura de empresas, obtenção de alvarás de construção, obtenção de conexões com rede elétrica, registro de propriedades, pagamento de impostos e comércio internacional. Com base em estudos de caso sobre o tempo e movimento requeridos do ponto de vista da empresa, esses indicadores medem os procedimentos, o tempo e o custo necessários para a conclusão de uma transação de acordo com as regulamentações relevantes. (Para obter uma explicação detalhada da metodologia do *Doing Business*, ver as notas de dados disponíveis no web-site <http://www.doingbusiness.org/> e o capítulo “Sobre o *Doing Business*”).

As economias com classificação alta quanto à facilidade para fazer negócios tendem a combinar processos regulatórios eficientes com fortes instituições jurídicas

que protegem os direitos de propriedade e dos investidores (Figura 1.1). As economias com renda elevada da OCDE têm, em grande medida, o ambiente regulatório mais propício em termos de negócios nessas duas dimensões. Regiões como o Extremo Oriente e Pacífico e o Oriente Médio e Norte da África têm processos regulatórios relativamente eficientes, mas ainda insuficientes em termos da solidez das instituições jurídicas relevantes para a regulamentação de negócios. As boas práticas mundiais fornecem informações sobre como os governos melhoraram o ambiente regulatório no passado nas áreas medidas pelo *Doing Business* (ver a Tabela 1.4 no final do Resumo executivo).

## QUEM REDUZIU O HIATO REGULATÓRIO EM 2011/2012?

Conforme refletido na classificação sobre a facilidade para fazer negócios, as 10 economias com a regulamentação mais propícia aos negócios são Cingapura; Hong Kong RAE, China; Nova Zelândia; Estados Unidos; Dinamarca; Noruega; Reino Unido; República da Coreia; Geórgia; e Austrália (Tabela 1.1). Cingapura lidera a classificação global pelo sétimo ano consecutivo.

Estar em 1º lugar na classificação sobre a facilidade para fazer negócios não significa que uma economia esteja em 1º lugar em todas as 10 áreas regulatórias incluídas nessa medida agregada. Na verdade, as classificações de Cingapura variam do 1º lugar no comércio internacional ao 36º lugar no registro de propriedades. As suas três primeiras posições (em comércio internacional, obtenção de alvarás de construção e proteção de investidores) têm média 2, enquanto suas três posições mais baixas (em registro de propriedades, obtenção de crédito e execução de contratos) têm média 20. Do mesmo modo, as três primeiras posições da Guatemala (em obtenção de crédito, registro de propriedades e obtenção de eletricidade) têm média 22, enquanto as três posições mais baixas (em pagamento de impostos, proteção de investidores e abertura de empresas) têm média 151. Assim, mesmo que a classificação da facilidade para fazer negócios seja uma medida agregada útil, a análise baseada nessa medida deve também considerar a dispersão da eficiência da atividade regulatória nas áreas medidas pelo *Doing Business* (Figura 1.2).

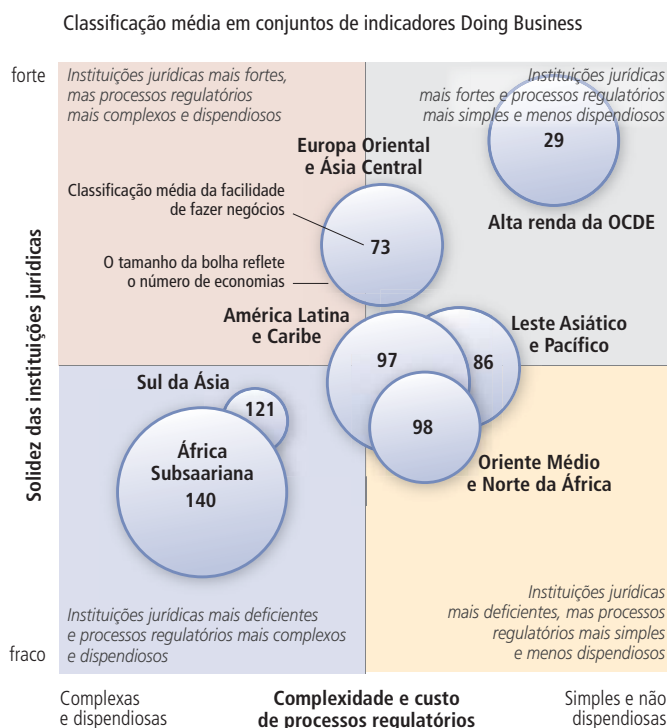
TABELA 1.1 Classificações sobre a facilidade para fazer negócios

Classificação	Economia	Reformas DB 2013	Classificação	Economia	Reformas DB 2013	Classificação	Economia	Reformas DB 2013
1	Cingapura	0	63	Antígua e Barbuda	0	125	Honduras	0
2	Hong Kong RAE, China	0	64	Gana	0	126	Bósnia e Herzegovina	2
3	Nova Zelândia	1	65	República Tcheca	3	127	Etiópia	1
4	Estados Unidos	0	66	Bulgária	1	128	Indonésia	1
5	Dinamarca	1	67	Azerbaijão	0	129	Bangladesh	1
6	Noruega	2	68	Dominica	1	130	Brasil	1
7	Reino Unido	1	69	Trinidad e Tobago	2	131	Nigéria	0
8	República da Coreia	4	70	República do Quirguistão	0	132	Índia	1
9	Geórgia	6	71	Turquia	2	133	Camboja	1
10	Austrália	1	72	Romênia	2	134	Tanzânia	1
11	Finlândia	0	73	Itália	2	135	Cisjordânia e Gaza	1
12	Malásia	2	74	Seicheles	0	136	Lesoto	2
13	Suécia	0	75	São Vicente e Granadinas	0	137	Ucrânia	3
14	Islândia	0	76	Mongólia	3	138	Filipinas	0
15	Irlanda	2	77	Bahamas	0	139	Equador	0
16	Taiwan, China	2	78	Grécia	3	140	Serra Leoa	2
17	Canadá	1	79	Brunei Darussalam	2	141	Tajiquistão	1
18	Tailândia	2	80	Vanuatu	0	142	Madagascar	1
19	Ilhas Maurício	2	81	Sri Lanka	4	143	Sudão	0
20	Alemanha	2	82	Kuwait	0	144	República Árabe da Síria	1
21	Estônia	0	83	Moldávia	2	145	República Islâmica do Irã	1
22	Arábia Saudita	2	84	Croácia	1	146	Moçambique	0
23	Macedônia, ex-República Iugoslava	1	85	Albânia	2	147	Gâmbia	0
24	Japão	1	86	Sérvia	3	148	Butão	0
25	Letônia	0	87	Namíbia	1	149	Libéria	3
26	Emirados Árabes Unidos	3	88	Barbados	0	150	Micronésia, Federação dos Estados	0
27	Lituânia	2	89	Uruguai	2	151	Mali	1
28	Suíça	0	90	Jamaica	2	152	Argélia	1
29	Áustria	0	91	China	2	153	Burkina Fasso	0
30	Portugal	3	92	Ilhas Salomão	0	154	Uzbequistão	4
31	Holanda	4	93	Guatemala	1	155	Bolívia	0
32	Armênia	2	94	Zâmbia	1	156	Togo	1
33	Bélgica	0	95	Maldivas	0	157	Malauí	1
34	França	0	96	Saint Kitts e Nevis	0	158	Comores	2
35	Eslovênia	3	97	Marrocos	1	159	Burundi	4
36	Chipre	1	98	Kosovo	2	160	São Tomé e Príncipe	0
37	Chile	0	99	Vietnã	1	161	Camarões	1
38	Israel	1	100	Granada	1	162	Guiné Equatorial	0
39	África do Sul	1	101	Ilhas Marshall	0	163	Laos, República Democrática Popular	3
40	Qatar	1	102	Malta	0	164	Suriname	0
41	Porto Rico (EUA)	1	103	Paraguai	0	165	Iraque	0
42	Bahrain	0	104	Papua Nova Guiné	0	166	Senegal	0
43	Peru	2	105	Belize	1	167	Mauritânia	0
44	Espanha	2	106	Jordânia	0	168	Afeganistão	0
45	Colômbia	1	107	Paquistão	0	169	Timor-Leste	0
46	República Eslovaca	4	108	Nepal	0	170	Gabão	0
47	Omã	1	109	República Árabe do Egito	0	171	Djibuti	0
48	México	2	110	Costa Rica	4	172	Angola	1
49	Cazaquistão	3	111	Palau	0	173	Zimbábue	0
50	Tunísia	0	112	Federação Russa	2	174	Haiti	0
51	Montenegro	2	113	El Salvador	1	175	Benin	4
52	Ruanda	2	114	Guiana	0	176	Níger	1
53	Santa Lúcia	0	115	Libano	0	177	Costa do Marfim	0
54	Hungria	3	116	República Dominicana	0	178	Guiné	3
55	Polónia	4	117	Kiribati	0	179	Guiné-Bissau	0
56	Luxemburgo	0	118	República do Iêmen	0	180	Venezuela, República Bolivariana	0
57	Samoa	0	119	Nicarágua	0	181	Congo, República Democrática	1
58	Belarus	2	120	Uganda	1	182	Eritreia	0
59	Botsuana	1	121	Quênia	1	183	República do Congo	2
60	Fiji	1	122	Cabo Verde	0	184	Chade	1
61	Panamá	3	123	Suazilândia	1	185	República Centro-Africana	0
62	Tonga	0	124	Argentina	0			

Nota: As classificações para todas as economias são referenciadas a junho de 2012 e estão indicadas nas tabelas dos países (disponíveis no website <http://www.doingbusiness.org/>). As classificações deste ano sobre a facilidade para fazer negócios são a média das classificações dos percentis de cada economia sobre os 10 tópicos incluídos na classificação agregada deste ano. O número de reformas exclui as reformas que tornaram mais difícil o processo para fazer negócios.

Fonte: Banco de Dados *Doing Business*.

**FIGURA 1.1 Economias de alta renda da OCDE combinam processos regulatórios eficientes com instituições jurídicas sólidas**



Nota: A solidez das instituições jurídicas refere-se à classificação média em termos de obtenção de crédito, proteção de investidores, execução de contratos e resolução de insolvências. A complexidade e o custo dos processos regulatórios referem-se à classificação média em termos de abertura de empresas, obtenção de alvarás de construção, obtenção de conexões com rede elétrica, registro de propriedades, pagamento de impostos e comércio internacional.

Fonte: Banco de Dados Doing Business.

No ano passado, 58% das economias analisadas pelo *Doing Business* implementaram pelo menos uma reforma regulatória ou institucional, facilitando a realização de negócios nas áreas medidas, sendo que 23 realizaram reformas em três ou mais áreas. Dentre essas 23 economias, 10 destacam-se por terem feito grandes avanços na classificação relativa (Tabela 1.2). Outras nesse grupo avançaram menos na classificação global por já estarem classificadas nas primeiras posições. Das dessas economias são Coreia e Holanda. Já tendo estado entre as 35 principais classificações globais do ano passado, essas duas economias implementaram reformas regulatórias, facilitando a realização de negócios em quatro áreas medidas pelo *Doing Business*.

Quatro das 10 economias com maior progresso na facilidade para fazer negócios estão na Europa Oriental e Ásia Central — a região que também teve o maior número de reformas regulatórias por economia no último ano. Quatro dessas 10 economias são de renda média-baixa; do restante, uma é de renda baixa, três de renda média-alta e duas de alta renda. E pela primeira vez em sete anos, uma economia do Sul da Ásia, o Sri Lanka, está entre as economias com maior progresso na facilidade para fazer negócios.

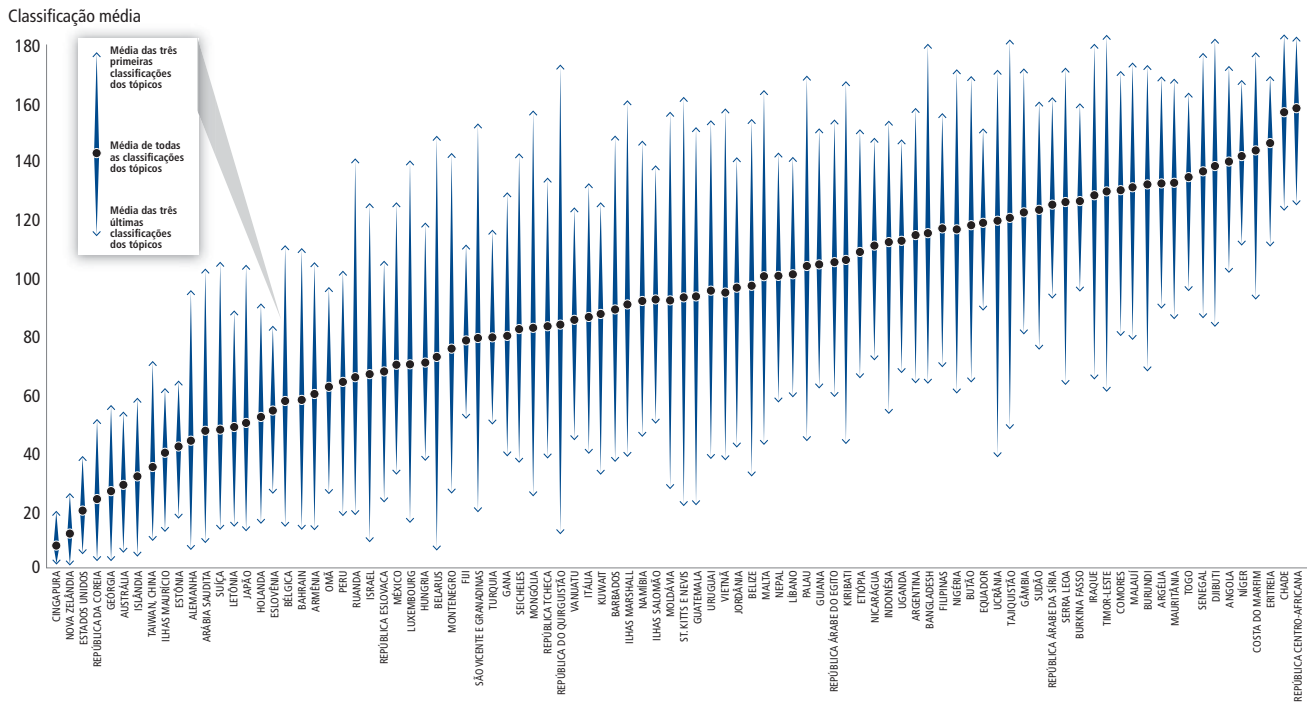
**TABELA 1.2 As 10 economias com maior progresso em três ou mais áreas medidas pelo *Doing Business* em 2011-2012**

	Economia	Classificação da facilidade para fazer negócios	Reformas facilitando a realização de negócios									
			Abertura de empresas	Obtenção de alvarás de construção	Obtenção de eletricidade	Registro de propriedades	Obtenção de crédito	Proteção de investidores	Pagamento de impostos	Comércio entre fronteiras	Execução de contratos	Resolução de insolvências
1	Polônia	55				✓			✓		✓	✓
2	Sri Lanka	81	✓			✓	✓			✓		
2	Ucrânia	137	✓			✓			✓			
4	Uzbequistão	154	✓					✓		✓		✓
5	Burundi	159	✓	✓		✓				✓		
6	Costa Rica	110	✓	✓				✓	✓			
6	Mongólia	76	✓					✓	✓			
8	Grécia	78		✓					✓			✓
9	Sérvia	86	✓								✓	✓
10	Cazaquistão	49	✓					✓				✓

Nota: As economias são classificadas de acordo com o número de reformas e do nível de melhoria na classificação da facilidade para fazer negócios. Primeiro, o relatório *Doing Business* seleciona as economias que implementaram reformas facilitando a realização de negócios em três ou mais dos 10 tópicos incluídos na classificação agregada. As reformas regulatórias que dificultam a realização de negócios são subtraídas do número das reformas que facilitam a realização de negócios. Segundo, o relatório *Doing Business* classifica essas economias de acordo com o aumento na classificação da facilidade para fazer negócios em relação ao ano anterior. O aumento nas classificações das economias não é calculado utilizando a classificação publicada do ano anterior, mas utilizando uma classificação comparável com DB2012 que captura os efeitos de outros fatores, tais como a inclusão este ano de duas novas economias, Barbados e Malta. A escolha das economias com maior progresso é determinada pela melhoria mais significativa nas classificações entre as economias com pelo menos três reformas.

Fonte: Banco de Dados Doing Business.

FIGURA 1.2 O ambiente regulatório de uma economia pode ser mais propício em algumas áreas do que em outras



Nota: As classificações refletidas são aquelas constantes dos 10 tópicos de *Doing Business* incluídos na classificação agregada deste ano sobre a facilidade para fazer negócios. Esta figura serve apenas para fins ilustrativos; não inclui todas as 185 economias abordadas pelo relatório deste ano. Consulte as tabelas dos países (disponíveis no website <http://www.doingbusiness.org/>) para verificar as classificações sobre a facilidade para fazer negócios e cada tópico de *Doing Business* para todas as economias.

Fonte: Banco de Dados *Doing Business*.

Oito das 10 economias facilitaram a abertura de empresas. Cazaquistão, Mongólia e Ucrânia reduziram ou eliminaram o requisito de capital mínimo para constituição de empresas. O Sri Lanka automatizou e acelerou o processo de registro de funcionários. O Burundi eliminou três requisitos para a autenticação dos documentos das empresas, publicação de informações sobre novas empresas num jornal e registro de novas empresas no Ministério do Comércio e Indústria.

Cinco das 10 economias facilitaram a resolução de insolvências e duas delas também fortaleceram seus sistemas para execução de contratos. A Sérvia fortaleceu seu processo de insolvência com a introdução de oficiais privados de tribunal, proibindo recursos contra a sentença do tribunal quanto à proposta de execução, acelerando a intimação e adotando um registro eletrônico público para injunções. O novo sistema privado de oficiais também aumentou a eficiência na execução de contratos. A Polônia introduziu um novo código de processo civil que, juntamente com um aumento no número de juízes, reduziu o tempo necessário para a execução de um contrato

comercial. A Polônia também facilitou a resolução de insolvências, atualizando os requisitos de documentação para pedidos de falência.

Quatro economias facilitaram o registro de propriedades. A Polónia aumentou a eficiência no processamento de pedidos de registro de propriedades por meio de uma série de iniciativas nos últimos anos. Essas iniciativas incluíram a criação de dois novos distritos de registro em Varsóvia e, no ano passado, a introdução de um novo sistema de gestão de processos para registros de terra e hipoteca e a continuação da digitalização de seus registros.

Cinco economias apresentaram progresso na área de obtenção de crédito. Costa Rica, Mongólia e Uzbequistão garantiram o direito dos mutuários de inspecionar seus dados de crédito pessoal. O Sri Lanka estabeleceu um registro eletrônico de garantias que pode ser consultado e emitiu regulamentações para sua operação. O Cazaquistão fortaleceu os direitos dos credores com garantia em processos de insolvência.

A Grécia, movida em parte por sua crise econômica, implementou reformas regulatórias em três áreas medidas pelo *Doing Business*, melhorando seu ambiente regulatório num ritmo mais acelerado no ano passado do que em qualquer outro dos seis anos anteriores. Agilizou a obtenção de alvarás de construção com a transferência do processo de aprovação do planejamento do município para profissionais privados certificados, fortaleceu proteções de investidores com a exigência de mais divulgação e introduziu um novo procedimento de reabilitação pré-falencial com o objetivo de aumentar a ajuda às empresas em dificuldades financeiras.

A Costa Rica, a única economia da região da América Latina e Caribe no grupo de 10, implementou mudanças regulatórias em quatro áreas medidas pelo *Doing Business*. Introduziu uma abordagem baseada no risco para a concessão de alvarás sanitários para a abertura de empresas e estabeleceu sistemas de aprovação on-line para o processo de obtenção de alvarás de construção. A Costa Rica também garantiu o direito dos mutuários de inspecionar seus dados pessoais e facilitou o pagamento

de impostos para empresas locais com a implementação de pagamentos eletrônicos para impostos municipais.

Apesar de essas 10 economias terem apresentado o maior progresso na facilidade para fazer negócios, elas estavam longe de serem as únicas economias a introduzir melhorias nas áreas medidas pelo *Doing Business* em 2011-2012. Um total de 108 economias introduziram melhorias, por meio de 201 reformas regulatórias e institucionais. E nos anos desde que o primeiro relatório foi publicado em 2003, 180 das 185 economias abordadas por *Doing Business* fizeram progressos em pelo menos uma dessas áreas, por meio de cerca de 2.000 reformas no total.

Em 2011-2012, a abertura de empresas foi novamente a área com mais reformas regulatórias. Nos últimos oito anos, o processo da abertura de empresas recebeu mais atenção dos formuladores de política do que qualquer outra área de regulamentação de negócios acompanhada por *Doing Business* — por meio de 368 reformas em 149 economias. Esses esforços mundiais reduziram o tempo médio de abertura de uma empresa de 50 dias para 30 dias e o custo médio de 89% da renda *per capita* para 31%.

No ano passado, a Europa Oriental e Ásia Central mais uma vez teve a maior parcela das economias com registro de melhorias: 88% das economias implementaram pelo menos uma reforma regulatória ou institucional e facilitaram a realização de negócios e 67% implementaram pelo menos duas reformas (Figura 1.3). Esta região tem sido constantemente ativa em todos os anos abordados por *Doing Business*, tendo implementado 397 reformas regulatórias e institucionais desde 2005. Pelo menos uma parte desse esforço de reforma regulatória reflete os esforços por parte das economias em aderir à União Europeia em 2004 para continuar a reduzir o hiato na eficiência da atividade regulatória com os membros definidos da União Europeia, bem como esforços semelhantes entre as economias agora envolvidas nas negociações de adesão à União Europeia.

### QUEM TEM REDUZIDO O HIATO AO DECORRER DO TEMPO?

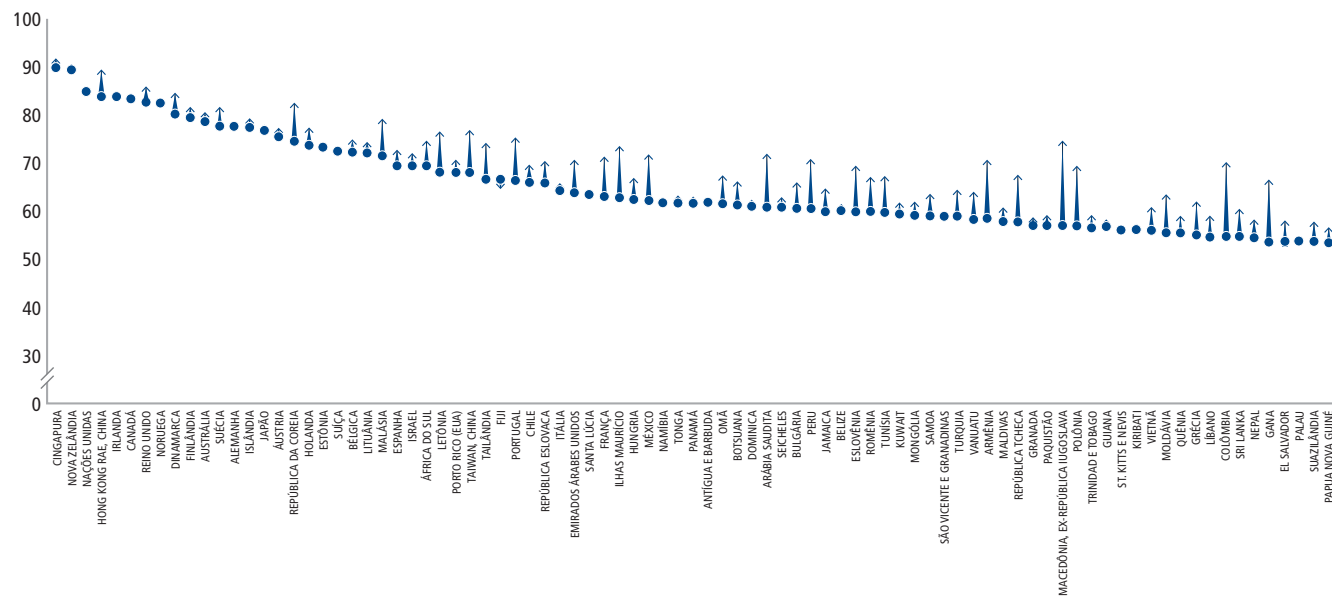
Para complementar a classificação da facilidade para fazer negócios, uma medida relativa, o relatório *Doing Business* no ano passado introduziu a distância até a fronteira, uma medida absoluta de eficiência da atividade regulatória nos negócios. Essa medida ajuda na avaliação

do quanto o ambiente regulatório para empreendedores locais melhora em termos absolutos com o decorrer do tempo, mostrando a distância de cada economia até a “fronteira”, ou seja, o melhor desempenho observado em cada um dos indicadores do *Doing Business* em todas as economias e anos incluídos desde 2005. A medida é normalizada para variar entre 0 e 100, com 100 representando a fronteira. Uma pontuação maior indica portanto, um sistema regulatório mais eficiente em cada área (para obter uma descrição detalhada da metodologia, consulte o capítulo sobre a facilidade para fazer negócios e a distância até a fronteira, disponível no website <http://www.doingbusiness.org/>).

Uma análise baseada na medida “distância até a fronteira” mostra que o ônus de regulamentação tem diminuído desde 2005 nas áreas medidas pelo relatório *Doing Business*. Em média, as 174 economias abordadas pelo *Doing Business* desde 2005 estão hoje mais próximas da fronteira na prática regulatória (Figura 1.4). Em 2005, essas economias estavam a 46 pontos percentuais de distância da fronteira em média, com a economia mais próxima com 10 pontos percentuais de distância e a economia mais afastada,

FIGURA 1.4 Quase todas as economias estão mais próximas da fronteira na prática regulatória hoje do que em 2005

Distância até a fronteira (pontos percentuais)

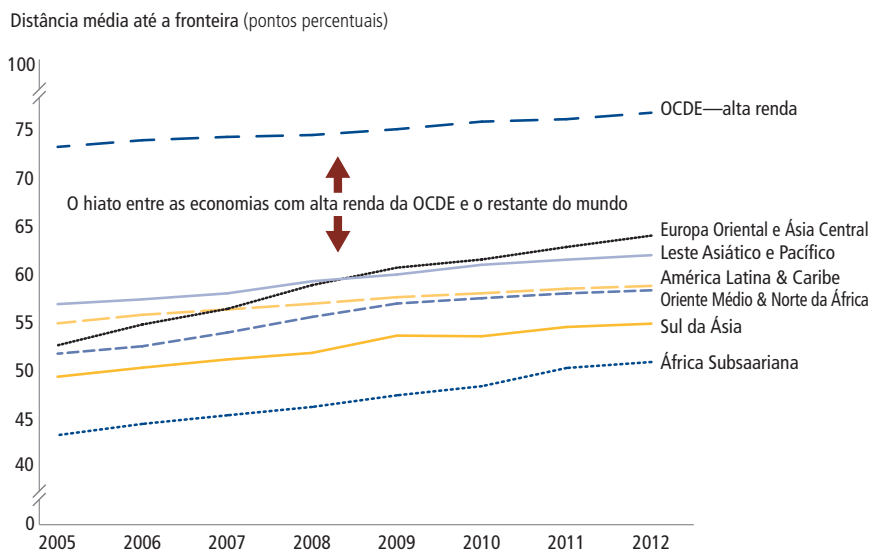


Nota: A medida “distância até a fronteira” mostra a distância em média de uma economia em relação ao melhor desempenho obtido por qualquer economia em cada indicador do *Doing Business* desde 2005. A medida é normalizada para variar entre 0 e 100, com 100 representando o melhor desempenho (a fronteira). Os dados referem-se às 174 economias incluídas no relatório *Doing Business 2006* (2005). Onze economias foram incluídas nos anos subsequentes.

Fonte: Banco de Dados *Doing Business*.



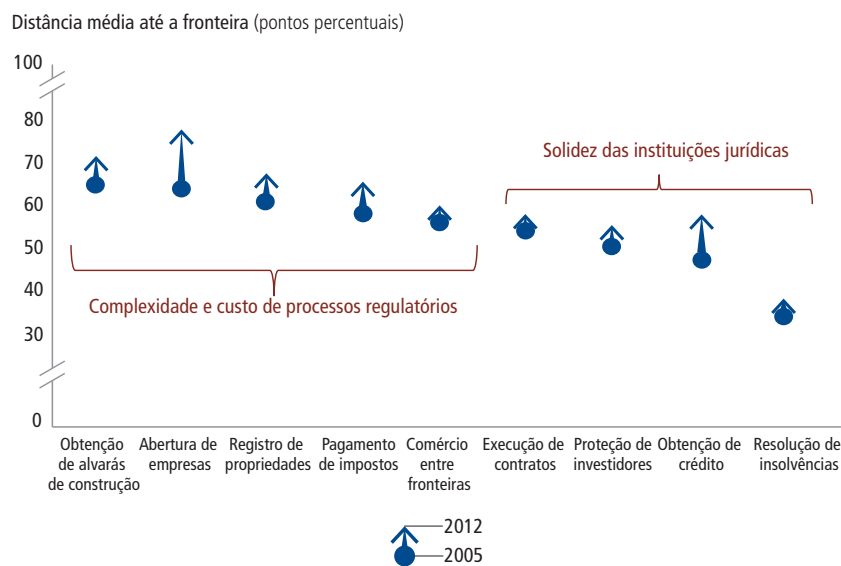
**FIGURA 1.5** Fazer negócios hoje é mais fácil do que em 2005, principalmente no Leste Europeu e Ásia Central e na África Subsaariana



Nota: A medida "distância até a fronteira" mostra a distância em média de uma economia em relação ao melhor desempenho (a fronteira) obtido por qualquer economia em cada indicador do *Doing Business* desde 2005. A medida é normalizada para variar entre 0 e 100, com 100 representando o melhor desempenho. As 10 principais economias na UE-27 representam as 10 economias mais próximas da fronteira entre os membros atuais da União Europeia.

Fonte: Banco de Dados *Doing Business*.

**FIGURA 1.6** Em termos globais, os esforços de reforma têm focado mais a redução da complexidade e do custo de processos regulatórios do que o fortalecimento das instituições jurídicas



Nota: Esta figura ilustra até onde a média da prática regulatória entre as economias tem se aproximado da prática mais eficiente em cada área medida pelo *Doing Business*. A medida "distância até a fronteira" mostra a distância em média de uma economia em relação ao melhor desempenho obtido por qualquer economia em cada indicador do *Doing Business* desde 2005. A medida é normalizada para variar entre 0 e 100, e 100 representa o melhor desempenho (a fronteira). Os dados referem-se às 174 economias incluídas no relatório *Doing Business 2006* (2005). Onze economias foram incluídas nos anos subsequentes.

Fonte: Banco de Dados *Doing Business*.

economias do Sul da Europa recentemente aceleraram os esforços de reforma regulatória (Box 1.2).

Melhorias ocorreram em todas as áreas regulatórias medidas pelo *Doing Business* entre 2005 e 2012. Mas os governos focaram mais esforços de reforma na redução da complexidade e do custo dos processos regulatórios — o foco de 1.227 reformas registradas por *Doing Business* desde 2005 — do que no fortalecimento das instituições jurídicas — o foco de cerca de 600 (Figura 1.6).

A melhoria da regulamentação de negócios propõe uma tarefa desafiadora, ainda mais para se cumprir consistentemente ao longo do tempo. Mesmo assim, algumas economias alcançaram um sucesso considerável desde 2005 (Tabela 1.3). Algumas dessas economias destacam-se dentro de suas regiões: Geórgia, Ruanda, Colômbia, China e Polônia.

A Geórgia é a economia que mais teve melhorias desde 2005, tanto na Europa Oriental e Ásia Central quanto no âmbito global. Com 35 reformas regulatórias e institucionais desde 2005, a Geórgia tem melhorado em todas as áreas medidas pelo *Doing Business*. No ano passado, o país melhorou em seis áreas. Por exemplo: a Geórgia facilitou o comércio entre fronteiras com a introdução de zonas de liberação alfandegária em cidades como Tbilisi e Poti. Esses serviços centralizados para os processos da liberação de negócios estão abertos o dia inteiro, todos os dias, permitindo a apresentação dos documentos aduaneiros por parte dos responsáveis pelos negócios e a conclusão de outras formalidades em um único lugar. A Geórgia também fortaleceu seu sistema de garantias. Uma nova emenda ao seu código civil permite a extensão da garantia aos produtos, proventos e substituições de um ativo usado como garantia.

A Geórgia também tem-se distinguido com um programa de reformas regulatórias relativamente equilibrado. Muitas economias que buscam melhorar seu ambiente regulatório começam por reduzir a complexidade e o custo dos processos regulatórios (em áreas como a abertura de empresas). Depois, podem passar para reformas e assim fortalecer as instituições jurídicas relevantes para as regulamentações de negócios (em áreas como obtenção de crédito). Essas reformas tendem a apresentar um desafio ainda maior, às vezes necessitando de



### BOX 1.2 DESEQUILÍBRIOS FISCAIS E REFORMA REGULATÓRIA NO SUL DA EUROPA

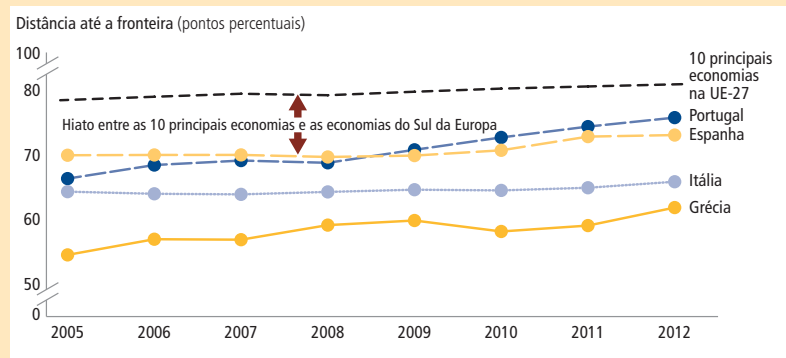
A crise financeira global de 2008-2009 contribuiu para rápidos aumentos nos níveis da dívida pública entre as economias de alta renda. A recessão desvalorizou as receitas fiscais e forçou os governos a aumentarem as despesas para facilitar os efeitos da crise. Os governos usaram o estímulo do setor público para amortecer o impacto da acentuada contração na produção, sendo que muitos foram também forçados a intervir para fortalecer os balanços dos bancos comerciais e para apoiar os setores bastante afetados, principalmente pela crise. A deterioração fiscal no contexto da deficiente demanda global contribuiu para uma maior aversão a riscos entre os investidores, complicando a gestão fiscal em muitas economias, principalmente as economias com níveis já elevados de dívidas ou com déficits com rápido crescimento.

Grécia, Itália, Portugal e Espanha estavam entre os países mais afetados pela crise e por pressões dos mercados associados. Cientes de que a retomada do crescimento econômico seria fundamental para o retorno a uma posição fiscal sustentável, as autoridades dessas economias mobilizaram-se para implementar reformas de maior alcance.

As reformas das regulamentações de negócios foram uma parte integral desses planos, conforme refletido nos dados do *Doing Business*. Apesar de a Grécia estar entre as 10 economias que mais melhoraram na facilidade para fazer negócios no ano passado, as outras três economias também fizeram importantes progressos. A Itália facilitou a obtenção de eletricidade e o registro de propriedades. Portugal simplificou o processo de obtenção de alvarás de construção, de importação e exportação, e da resolução de insolvências. A Espanha simplificou o comércio internacional e emendou sua lei de falência. As quatro economias fizeram reformas ou estão também no processo de reforma de sua legislação trabalhista, com o objetivo de tornar seu mercado de trabalho mais flexível.

Essas reformas do *Doing Business* não são as únicas nessas economias. Desde 2004, Portugal implementou 25 reformas, Espanha e Grécia implementaram 17 reformas e a Itália implementou 14 reformas institucionais ou regulatórias. O impacto dessas reformas tem ajudado essas quatro economias a reduzir o hiato regulatório de negócios com os melhores desempenhos na União Europeia (ver Figura).

#### No Sul da Europa, uma aceleração no ritmo da reforma regulatória



Nota: A medida "distância até a fronteira" mostra a distância em média de uma economia em relação ao melhor desempenho (a fronteira) obtido por qualquer economia em cada indicador do *Doing Business* desde 2005. A medida é normalizada para variar entre 0 e 100, com 100 representando o melhor desempenho. As 10 principais economias na UE-27 representam as 10 economias mais próximas da fronteira entre os membros atuais da União Europeia.

Fonte: Banco de Dados *Doing Business*.

emendas em pontos-chave da legislação, em vez de simples mudanças em procedimentos administrativos. A Geórgia tem seguido esse padrão, focando inicialmente a redução da complexidade e do custo de processos regulatórios e depois o fortalecimento das instituições jurídicas. Entre as cinco economias com mais melhorias, a Geórgia é a economia que mais teve

melhorias nessas duas dimensões (Figura 1.7).

Ruanda, a segunda economia com mais melhorias no âmbito global e a primeira na África Subsaariana desde 2005, reduziu o hiato com a fronteira quase pela metade. Para destacar as principais lições emergentes dos esforços persistentes de Ruanda, o relatório deste ano apresenta

TABELA 1.3 As 50 economias que mais reduziram a distância até a fronteira desde 2005

Classificação	Economia	Região	Melhoria (pontuação percentuais)
1	Geórgia	ECA	31,6
2	Ruanda	SSA	26,5
3	Belarus	ECA	23,5
4	Burkina Fasso	SSA	18,5
5	Macedônia, ex-República Iugoslava	ECA	17,4
6	República Árabe do Egito	MENA	16,3
7	Mali	SSA	15,8
8	Colômbia	LAC	15,3
9	Taijiquistão	ECA	15,2
10	República do Quirguistão	ECA	14,8
11	Serra Leoa	SSA	14,7
12	China	EAP	14,3
13	Azerbaijão	ECA	12,9
14	Croácia	ECA	12,8
15	Gana	SSA	12,7
16	Burundi	SSA	12,6
17	Polônia	OECD	12,3
18	Guiné-Bissau	SSA	12,2
19	Armênia	ECA	12,2
20	Ucrânia	ECA	12,0
21	Cazaquistão	ECA	11,9
22	Senegal	SSA	11,5
23	Camboja	EAP	11,1
24	Angola	SSA	11,0
25	Ilhas Maurício	SSA	10,9
26	Arábia Saudita	MENA	10,7
27	Índia	SAS	10,6
28	Guatemala	LAC	10,4
29	Madagascar	SSA	10,3
30	Marrocos	MENA	10,1
31	República do Iêmen	MENA	10,1
32	Peru	LAC	10,1
33	Moçambique	SSA	10,0
34	República Tcheca	OECD	9,8
35	Timor-Leste	EAP	9,7
36	Costa do Marfim	SSA	9,5
37	Togo	SSA	9,5
38	Eslovênia	OECD	9,5
39	México	LAC	9,4
40	Niger	SSA	9,4
41	Nigéria	SSA	9,0
42	Portugal	OECD	9,0
43	Ilhas Salomão	EAP	8,9
44	Uruguai	LAC	8,8
45	República Dominicana	LAC	8,8
46	Taiwan, China	EAP	8,8
47	São Tomé e Príncipe	SSA	8,7
48	França	OECD	8,6
49	Bósnia e Herzegovina	ECA	8,4
50	Albânia	ECA	8,3

Note: As classificações são baseadas na diferença absoluta de cada economia entre sua distância até a fronteira em 2005 e em 2012. Os dados referem-se às 174 economias incluídas no relatório *Doing Business 2006* (2005). Onze economias foram incluídas nos anos subsequentes. A medida "distância até a fronteira" mostra a distância em média de uma economia em relação ao melhor desempenho obtido por qualquer economia em cada indicador do *Doing Business* desde 2005. A medida é normalizada para variar entre 0 e 100, e 100 representa o melhor desempenho (a fronteira). EAP = Leste Asiático e Pacífico; ECA = Europa e Ásia Central; LAC = América Latina e Caribe; MENA = Oriente Médio e Norte da África; OCDE = Países de alta renda da OCDE; SAS = Sul da Ásia; SSA = África Subsaariana.

Fonte: Banco de Dados *Doing Business*.

um estudo de caso do seu processo de reforma. Mas Ruanda está longe de ser a única economia a reformar na região: dentre as 50 economias que mais progrediram no sentido da fronteira desde 2005, 17 estão na África Subsaariana.

Em todo o mundo, as economias em todos os níveis de renda estão reduzindo o hiato com a fronteira em média, e as economias de baixa renda mais do que as economias de alta renda. Essa é uma conquista importante. Na verdade, apesar de as práticas regulatórias de negócios em todos os grupos de renda mais baixa estarem convergindo com as práticas nas economias de alta renda, as economias de baixa renda têm sido as que mais reduziram o hiato, chegando a até quatro pontos percentuais desde 2005. As economias de renda média-baixa têm reduzido o hiato com economias de alta renda até 3 pontos percentuais e as economias de renda média-alta até 2 pontos percentuais. Não obstante, essa convergência está longe de estar concluída.

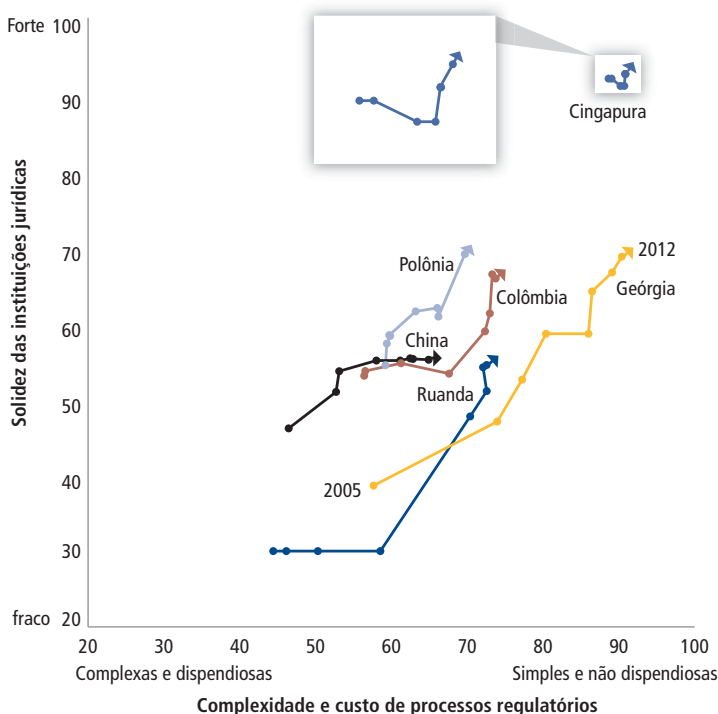
Apesar de a República Árabe do Egito ser a economia com mais melhorias no Oriente Médio e Norte da África desde 2005, suas melhorias aconteceram antes de 2009. Nos últimos quatro anos, não houve nenhuma melhoria visível nas áreas medidas pelo *Doing Business*. Regionalmente, houve menos enfoque na reforma das regulamentações de negócios no ano passado do que em qualquer ano anterior abordado pelo *Doing Business*, com apenas 11% das economias implementando pelo menos duas reformas regulatórias (Box 1.3).

A Colômbia, a economia que mais reduz o hiato com a fronteira na América Latina e Caribe, é também descrita em um estudo de caso este ano. Entre 2006 e 2009, a Colômbia concentrou-se principalmente na melhoria da eficiência dos processos regulatórios, colocando ênfase no registro de empresas e na administração tributária. Mas em 2010, começou a reformar suas instituições jurídicas, por intermédio do fortalecimento da proteção de acionistas minoritários e da melhoria do regime de insolvência.

Dois países do grupo “BRICs” estão entre os 50 principais melhoradores — a China e a Índia, ambas sendo as economias com mais melhorias em suas respectivas regiões desde 2005. Os dois países implementaram reformas regulatórias,

**FIGURA 1.7** Diferentes economias têm seguido uma variedade de programas de reformas regulatórias

A distância média até a fronteira em grupos de indicadores do *Doing Business* (pontos percentuais)



Nota: A *solidiez das instituições jurídicas* refere-se à distância média até a fronteira em termos da obtenção de crédito, proteção de investidores, execução de contratos e resolução de insolvências. A *complexidade e o custo dos processos regulatórios* referem-se à distância média até a fronteira em termos da abertura de empresas, obtenção de alvarás de construção, registro de propriedades, pagamento de impostos e comércio entre fronteiras. Cada ponto refere-se a um ano diferente, começando em 2005 e terminando em 2012. O progresso da reforma de Cingapura, a economia com a regulamentação mais propícia aos negócios pelo sétimo ano consecutivo, é mostrado para fins de comparação. Para uma melhor clareza visual, a série para Cingapura começa em 2007. A medida “distância até a fronteira” mostra a distância em média de uma economia em relação ao melhor desempenho obtido por qualquer economia em cada indicador do *Doing Business* desde 2005. A medida é normalizada para variar entre 0 e 100, e 100 representa o melhor desempenho (a fronteira).

Fonte: Banco de Dados *Doing Business*.

principalmente nos primeiros anos abordados pelo *Doing Business*. A China estabeleceu uma nova legislação de empresas em 2005, um novo registro de créditos em 2006, sua primeira legislação de falências em 2007, uma nova legislação de propriedades em 2007, um novo código de processo civil em 2008 e uma nova legislação sobre imposto de renda de pessoas jurídicas em 2008. Após estabelecer seu primeiro serviço de crédito em 2004, a Índia focou principalmente na simplificação e na redução do custo de processos regulatórios em áreas como a abertura de empresas, o pagamento de impostos e o comércio internacional.

Cinco economias de alta renda da OCDE formam a lista das 50 economias que mais tiveram melhorias: Polônia, República Tcheca, Eslovênia, Portugal e

França. No ano passado, a Polônia implementou quatro reformas regulatórias e institucionais, entre as 20 registradas pelo *Doing Business* desde 2005. Melhorou o processo de transferência de propriedade, tornou o pagamento de impostos mais conveniente com o incentivo ao uso dos mecanismos eletrônicos, reduziu o tempo de execução de contratos e fortaleceu o processo de resolução de insolvências.

## EM QUE ÁREAS HÁ UMA MAIOR REDUÇÃO DO HIATO?

Desde 2005, tem havido uma convergência nas práticas regulatórias de negócios em dois terços das áreas medidas pelo *Doing Business*: abertura de empresas, pagamento de impostos, obtenção de alvarás de construção, registro de propriedades, obtenção de crédito e execução

de contratos. Isso significa que as leis, as regulamentações e os procedimentos nessas áreas são mais semelhantes nas economias hoje do que há oito anos. De um modo geral, maiores convergências têm ocorrido nas áreas medidas pelo *Doing Business* referentes à complexidade e ao custo de processos regulatórios do que nas áreas referentes à solidez das instituições jurídicas.<sup>1</sup>

A maior convergência na prática regulatória tem ocorrido na abertura de empresas. Das 174 economias abordadas pelo *Doing Business* em 2005, o tempo médio necessário para abrir uma empresa era 112 dias no pior quartil das economias, segundo a classificação por desempenho desse indicador, e 29 dias para o restante (Figura 1.8). Desde então, graças às 368 reformas em 149 economias, o tempo médio para o pior quartil foi reduzido para 63 dias, aproximando-se da média de 18 para o restante. Padrões semelhantes, mas menos sólidos, são observados para indicadores de tempo, procedimentos e custo para pagamento de impostos, obtenção de alvarás de construção e registro de propriedades.

Mas em três áreas, há uma tendência fraca para a direção oposta. Em termos da proteção de investidores, comércio internacional e resolução de insolvências, as realidades nas diferentes economias seguiram rumos distintos, sem convergência. Isso não significa que nessas três áreas o ambiente regulatório em média seja pior hoje do que em 2005; na realidade, ele é melhor (ver Figura 1.6). Mas isso significa que as economias que estavam nos três melhores quartis da distribuição nessas três áreas em 2005 fortaleceram suas práticas e instituições um pouco mais rapidamente do que foi observado no pior quartil.

## QUAL É O IMPACTO NOS RESULTADOS ECONÔMICOS?

Além das medidas do *Doing Business*, as reformas das regulamentações de negócios realizadas pelos governos desde 2005 têm tido resultados? Na apresentação da análise dessa pergunta, edições anteriores de *Doing Business* focaram análises para diferentes países, vinculando as regulamentações de negócios a variáveis econômicas, tais como corrupção ou taxas de informalidade na economia.

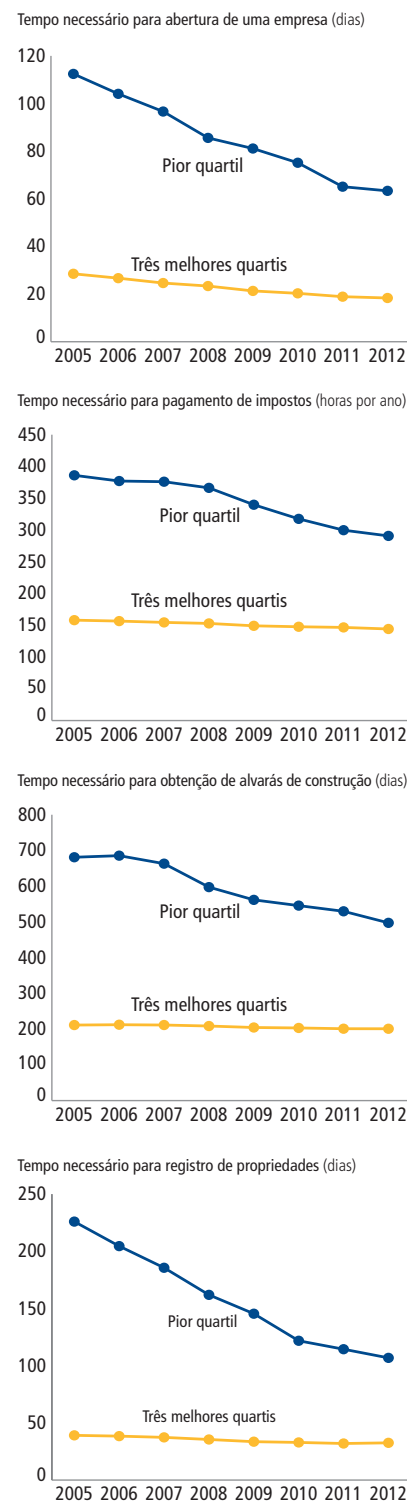
Com mais anos de dados agora disponíveis, a pesquisa anterior sobre o impacto

de reformas nas áreas medidas pelo *Doing Business* pode ser estendida com o tempo e vinculada a resultados mais econômicos. O uso de diversos anos de dados para a mesma economia possibilita levar em consideração as características dos países que permanecem constantes ao longo do tempo na análise das diferentes economias — algo que teria sido impossível nas análises anteriores para diferentes países. Com base em um painel de economias de cinco anos, um desses estudos conclui que nas economias de baixa renda que implementaram reformas facilitando a realização de negócios, a taxa de crescimento aumentou até 0,4 ponto percentual no ano seguinte.<sup>2</sup> Novas evidências baseadas em oito anos de dados do *Doing Business*, e tendo como base os estudos anteriores, mostram que as melhorias na entrada das empresas e outros aspectos da regulamentação de negócios são importantes para o crescimento agregado também. A especificação plausível da magnitude desse efeito é mais difícil, todavia.<sup>3</sup>

Uma pesquisa sobre os efeitos das reformas regulatórias está avançando bem rapidamente em torno da questão de abertura de empresas. Um crescente número de pesquisas tem mostrado que disposições mais simples de entrada incentivam a criação de mais empresas novas e empregos novos no setor formal. As economias nos diferentes níveis de renda e em diferentes regiões registraram aumentos evidentes no número de registros de novas empresas após a implementação de tais reformas (Figura 1.9). Estudos internos nos países confirmaram a associação positiva entre melhorias no registro de empresas e no registro de novas empresas em países como Colômbia, Índia, México e Portugal. Esses estudos descobriram aumentos de 5-17% no número de empresas recém-registradas, após as reformas do processo de registro de empresas (para obter mais detalhes, ver o capítulo “Sobre o *Doing Business*”).

Uma melhor regulamentação de negócios, conforme medida pelo *Doing Business*, está também associada a um maior registro de novas empresas. Uma pesquisa contínua por parte do relatório *Doing Business*, usando 8 anos de dados, mostra que a redução da distância até a fronteira de 10 pontos percentuais está associada a um aumento de uma empresa recém-registrada para cada 1.000 pessoas em

**FIGURA 1.8 Forte convergência entre as economias desde 2005**  
Médias por quartil



Nota: As economias são classificadas em quartis por desempenho em 2005 no indicador mostrado. Os dados referem-se às 174 economias incluídas no relatório *Doing Business 2006* (2005). Onze economias foram incluídas nos anos subsequentes.

Fonte: Banco de Dados *Doing Business*

### BOX 1.3 REGULAMENTAÇÃO DE NEGÓCIOS NO ORIENTE MÉDIO E NORTE DA ÁFRICA — OS DESAFIOS À FRENTE

Edições anteriores do relatório *Doing Business* destacaram esforços substanciais por parte dos governos no Oriente Médio e Norte da África para melhorar as regulamentações de negócios para empreendedores locais. Mas o impulso da reforma tem diminuído desde o início da Primavera Árabe em janeiro de 2011, já que alguns países entraram num complexo processo de transição para formas mais democráticas de governo. Os governos pós-Primavera Árabe têm enfrentado uma grande variedade de questões econômicas, sociais e políticas e isso, por sua vez, tem resultado num processo mais lento de reforma geral, uma vez que os novos governos têm lutado para ajustarem-se a importantes mudanças no cenário político e econômico.

A região enfrenta desafios estruturais que podem impedir a atividade do setor privado. Um histórico de intervenção do governo tem criado mais oportunidades para rent-seeking do que para o empreendedorismo. As pesquisas mostram que as empresas de manufatura, bem como seus gerentes, têm mais idade em média do que as empresas em outras regiões, indicando mecanismos de entrada e saída mais deficientes. A densidade da entrada de empresas no Oriente Médio e Norte da África está entre as mais baixas do mundo.<sup>1</sup>

Além disso, a região sofre de uma crise de governança e confiança: as empresas não confiam nas autoridades e as autoridades não confiam nas empresas. Os gerentes das empresas na região classificam a corrupção,

as práticas contrárias à concorrência e a incerteza da política regulatória em níveis elevados em sua lista de preocupações. Ao mesmo tempo 60% das autoridades públicas entrevistadas na região consideram o setor privado corrupto e com problemas de rent-seeking. E os bancos citam a falta de transparência corporativa como um dos principais obstáculos para mais financiamentos para pequenas e médias empresas.<sup>2</sup>

Alguns governos da região tentaram reformar de maneira agressiva o ambiente de negócios no passado, mas o impacto de seus esforços foi reduzido por uma falta de empenho contínuo para obter mudanças profundas e pelo risco relacionado à perturbação da ordem estabelecida. Uma opinião geral é que apenas empreendedores conectados são bem sucedidos, sugerindo que existe mais de um conjunto de regras, e que empreendedores próximos às elites governantes recebem tratamento preferencial. Isso sugere uma necessidade de os governos investirem em estruturas de governança e aumentarem a transparência em paralelo com os esforços para melhorar o ambiente regulatório empresarial. O estudo de caso sobre a transparência no relatório deste ano mostra uma área onde os esforços poderiam começar: o Oriente Médio e Norte da África é uma das regiões com o acesso mais limitado para informações regulatórias básicas, tais como tabelas de preços.

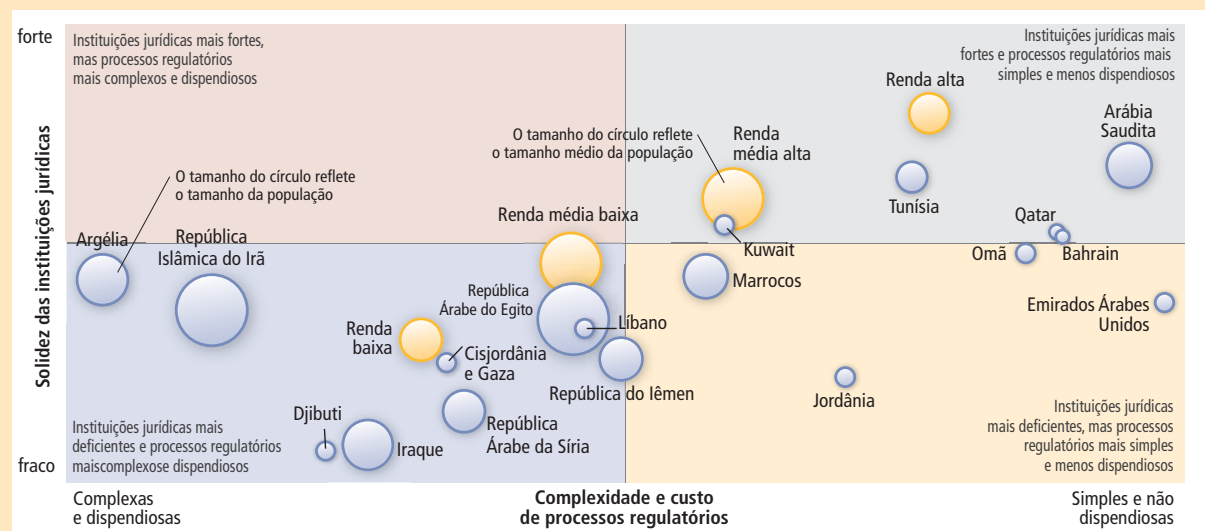
Apesar de as economias da região terem feito alguns avanços na redução da complexidade e do custo dos processos regulatórios,

os empreendedores dessa região ainda enfrentam proteções escassas dos investidores e dos direitos de propriedade (ver Figura). Com uma classificação média da facilidade para fazer negócios de 98, ainda falta muito na região para tornar o ambiente de negócios das empresas locais mais fácil através de regras mais claras e transparentes que sejam aplicadas de um modo mais coerente. Essas regras facilitarão e não impedirão a atividade do setor privado em economias onde o governo tem tradicionalmente tido uma grande presença na economia nacional e numa região onde a necessidade de incentivar o empreendedorismo é talvez maior do que em qualquer outra.

Independentemente de todos esses desafios, as mudanças políticas recentes na região — que têm sido rápidas, atribuladas, imprevisíveis, e de longo alcance em seus efeitos — fornecem uma oportunidade exclusiva para os governos abordarem de forma substancial muitos dos impedimentos ao desenvolvimento do setor privado que têm assolado a região nas últimas décadas. Em relação a um sistema de regras mais transparentes e sensíveis — regras que possam responder melhor às necessidades da comunidade de negócios e que forneçam incentivos para reduzir o hiato entre a lei escrita e a lei praticada — um sistema assim contribuiria em muito para a criação das condições para um crescimento econômico mais equitativo e um ritmo mais rápido da criação de empregos.

#### Empreendedores no oriente médio e norte da áfrica enfrentam proteções relativamente escassas dos investidores e dos direitos de propriedade

Classificação média em conjuntos de indicadores do *Doing Business* por grupo de economia e renda global



Nota: A solidez das instituições jurídicas refere-se à classificação média em termos da obtenção de crédito, proteção de investidores, execução de contratos e resolução de insolvências. A complexidade e o custo dos processos regulatórios referem-se à classificação média em termos da abertura de empresas, obtenção de alvarás de construção, obtenção de conexões com rede elétrica, registro de propriedades, pagamento de impostos e comércio internacional. O tamanho do círculo reflete a população de cada economia. Os círculos cinza representam as médias para as economias em cada grupo de renda, exceto as economias no Oriente Médio e Norte da África. O tamanho dos círculos cinza reflete a média da população para cada grupo de renda.

Fonte: Banco de Dados *Doing Business*.

- World Bank, *From Privilege to Competition: Unlocking Private-Led Growth in the Middle East and North Africa* (Washington, D.C.: Banco Mundial, 2009). A densidade de entrada de empresas é definida como o número de sociedades anônimas recém-criadas por 1.000 pessoas em idade ativa (entre 15 e 64 anos).
- Roberto Rocha, Subika Farazi, Rania Khouri e Douglas Pearce, "The Status of Bank Lending to SMEs in the Middle East and North Africa Region: The Results of a Joint Survey of the Union of Arab Banks and the World Bank" (Banco Mundial, Washington, D.C.; e Union of Arab Banks, Beirute, 2010).

TABELA 1.4 Boas práticas em todo o mundo, por tópico do *Doing Business*

Tópico	Prática	Economias <sup>a</sup>	Exemplos	
Facilitando a abertura de empresas	Publicar os procedimentos on-line	106	Hong Kong RAE, China; Kuwait; Macedônia (ex-República Iugoslava); Nova Zelândia; Peru; Cingapura	
	Abolir a exigência de capital mínimo	91	Cazaquistão; Quênia; Kosovo; Madagascar; México; Mongólia; Marrocos; Portugal; Ruanda; Sérvia; Emirados Árabes Unidos; Reino Unido	
	Ter um serviço centralizado	88	Bahrain; Burkina Fasso; Geórgia; República da Coreia; Peru; Vietnã	
Facilitando a obtenção de alvarás de construção	Ter regras de construção abrangentes	135	Croácia; Quênia; Nova Zelândia; República do Iêmen	
	Usar alvarás de construção baseados no risco	86	Armênia; Alemanha; Ilhas Maurício; Cingapura	
	Ter um serviço centralizado	31	Bahrain; Chile; Hong Kong RAE, China; Ruanda	
Facilitando a obtenção de eletricidade	Agilizar os processos de aprovação (serviço de utilidade pública obtém alvará de escavação ou servidão de passagem, se necessário)	104 <sup>b</sup>	Armênia; Áustria; Benin; Camboja; República Tcheca; Panamá	
	Fornecer custos e processos de conexão transparentes	103	França; Alemanha; Irlanda; Holanda; Trinidad e Tobago;	
	Reduzir o ônus financeiro de depósitos de garantia para novas conexões	96	Argentina; Áustria; República do Quirguistão; Letônia; Moçambique; Nepal	
	Assegurar a segurança da fiação interna por meio da regulamentação da profissão de electricista, em vez do processo de conexão	40	Dinamarca; Alemanha; Islândia; Japão;	
Facilitando o registro de propriedades	Usar uma base de dados eletrônica para gravames	108	Jamaica; Suécia; Reino Unido	
	Oferecer informações cadastrais on-line	50	Dinamarca; Lituânia; Malásia	
	Oferecer procedimentos agilizados	16	Azerbaijão; Bulgária; Geórgia	
	Definir taxas fixas de transferência	10	Nova Zelândia; Federação Russa; Ruanda	
Facilitando a obtenção de crédito	<b>Direitos legais</b>			
	Permitir soluções extrajudiciais	122	Austrália; Índia; Nepal; Peru; Federação Russa; Sérvia; Sri Lanka;	
	Permitir uma descrição geral das garantias	92	Camboja; Canadá; Guatemala; Nigéria; Romênia; Ruanda; Cingapura;	
	Manter um registro unificado	67	Bósnia e Herzegovina; Gana; Honduras; Ilhas Marshall; México; Montenegro; Nova Zelândia;	
	<b>Informações de crédito</b>			
	Distribuir dados de empréstimos inferiores a 1% da renda per capita	123	Brasil; Bulgária; Alemanha; Quênia; Malásia; Sri Lanka; Tunísia	
	Divulgar informações de crédito positivas e negativas	105	China; Croácia; Índia; Itália; Jordânia; Panamá; África do Sul	
	Divulgar informações de crédito provenientes de varejistas, credores comerciais ou empresas de serviço público, bem como de instituições financeiras	55	Fiji; Lituânia; Nicarágua; Ruanda; Arábia Saudita; Espanha	
	Protegendo os investidores	Permitir a rescisão de transações prejudiciais entre as partes relacionadas <sup>c</sup>	73	Brasil; Ilhas Maurício; Ruanda; Estados Unidos
		Regulamentar a aprovação de transações entre as partes relacionadas	60	Albânia; França; Reino Unido
Exigir a divulgação detalhada de informações		53	Hong Kong RAE, China; Nova Zelândia; Cingapura	
Permitir o acesso a todos os documentos das empresas durante o julgamento		46	Chile; Irlanda; Israel	
Exigir a avaliação externa de transações entre as partes relacionadas		43	Austrália; República Árabe do Egito; Suécia	
Permitir o acesso a todos os documentos das empresas antes do julgamento		30	Japão; Suécia; Tajiquistão	
Definir claramente os deveres dos diretores		28	Colômbia; Malásia; México; Estados Unidos	
Facilitando o pagamento de impostos	Permitir que o contribuinte calcule o próprio imposto	156	Argentina; Canadá; China; Ruanda; Sri Lanka; Turquia	
	Permitir o preenchimento e o pagamento por meio eletrônico	74	Austrália; Colômbia; Índia; Lituânia; Malta; Ilhas Maurício; Tunísia	
	Ter um único imposto por base tributária	48	Macedônia (ex-República Iugoslava); Namíbia; Paraguai; Reino Unido	
Facilitando o comércio entre fronteiras <sup>d</sup>	Permitir a apresentação e o processamento por meio eletrônico	149 <sup>e</sup>	Belize; Chile; Estônia; Paquistão; Turquia	
	Usar inspeções baseadas no risco	133	Marrocos; Nigéria; Palau; Vietnã	
	Oferecer um guichê único	71 <sup>f</sup>	Colômbia; Gana; República da Coreia; Cingapura	
Facilitando a execução de contratos	Disponibilizar ao público todos os julgamentos em casos comerciais via tribunais de primeira instância na prática	121 <sup>g</sup>	Chile; Islandia; Nigéria; Federação Russa; Uruguai	
	Manter tribunais, varas ou juízes comerciais especializados	82	Burkina Fasso; França; Libéria; Polônia; Serra Leoa; Cingapura	
	Permitir a apresentação de queixas por meio eletrônico	19	Brasil; República da Coreia; Malásia; Ruanda; Arábia Saudita	
Facilitando a resolução de insolvências	Permitir que as comissões de credores tenham o poder de decisão nos procedimentos de insolvência	109	Austrália; Bulgária; Filipinas; Estados Unidos; Uzbequistão	
	Exigir, nos termos da lei, as devidas qualificações profissionais ou acadêmicas dos administradores em casos de insolvência	107	Armênia; Belarus; Colômbia; Namíbia; Polônia; Reino Unido	
	Especificar prazos para a maioria dos procedimentos de insolvência	94	Albânia; Itália; Japão; República da Coreia; Lesoto	
	Oferecer uma base jurídica para soluções extrajudiciais	82	Argentina; Hong Kong RAE, China; Letônia; Filipinas; Romênia	

a. Entre as 185 economias pesquisadas, salvo especificação em contrário.

b. Entre as 151 economias pesquisadas.

c. Rescisão é o direito das partes de um contrato de retornar a uma situação idêntica àquela em que estavam antes da celebração do contrato.

d. Entre as 181 economias pesquisadas.

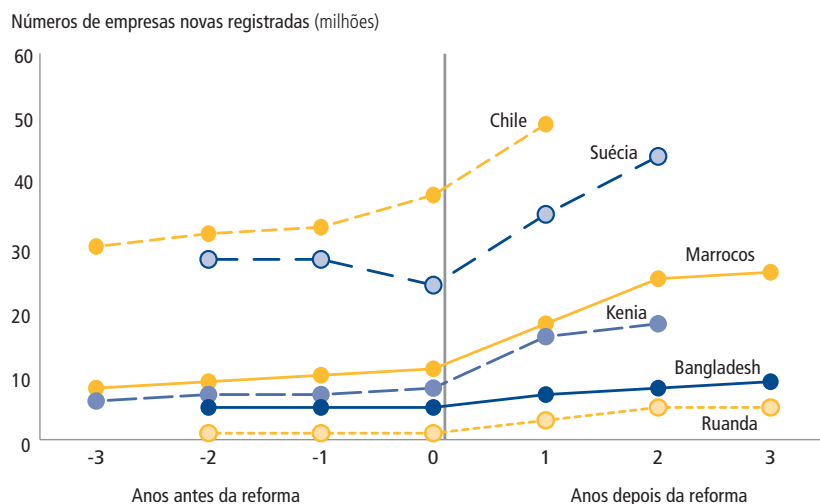
e. Trinta e uma contam com um sistema eletrônico completo para o intercâmbio de dados; 118 têm um sistema parcial.

f. Dezoito têm um sistema de guichê único que vincula todos os órgãos públicos pertinentes; 53 têm um sistema parcial.

g. Entre as 184 economias pesquisadas.

Fonte: Banco de dados *Doing Business*; para abertura de empresas, também Banco Mundial (2009b).

**FIGURA 1.9** Mais empresas novas são registradas após as reformas simplificando a abertura de empresas



Nota: Todas as seis economias implementaram uma reforma, facilitando a abertura de empresas conforme medido pelo *Doing Business*. O ano da reforma varia por economia e é representado pela linha vertical na figura. Para Bangladesh e Ruanda, é 2009; para Chile, 2011; para Quênia, 2007; para Marrocos, 2006; e para Suécia, 2010.

Fonte: World Bank Group Entrepreneurship Snapshots, edição 2012.

idade ativa, um resultado significativo considerando a média mundial de 3,2 empresas recém-registradas para cada 1.000 pessoas em idade ativa por ano.<sup>4</sup>

Outra conclusão refere-se à relação entre investimento estrangeiro direto e regulamentação de negócios. Um estudo de caso no relatório deste ano mostra que, apesar de os indicadores de *Doing Business* medirem regulamentações que se aplicam a empresas nacionais, as economias que prosperam nessa área também fornecem um ambiente regulatório atraente para as empresas estrangeiras. Novamente usando inúmeros anos de dados, o estudo de caso mostra que as economias mais próximas da fronteira na prática regulatória atraem influxos maiores de investimento estrangeiro direto.

## O QUE HÁ DE NOVO NO RELATÓRIO DESTES ANOS?

O relatório deste ano, assim como o relatório do ano passado, apresenta estudos de caso de países. Estão incluídos Colômbia, Letônia e Ruanda. Além disso, o relatório apresenta um estudo de caso regional sobre a Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC), focando o aprendizado *peer-to-peer*. E pela primeira vez, o relatório apresenta estudos de caso temáticos,

sobre o investimento estrangeiro direto e sobre a transparência nas regulamentações de negócios.

O relatório deste ano também reapresenta os capítulos dos tópicos. Mas apresenta os capítulos em um formato diferente, como “notas de tópicos” menores que enfatizam as mudanças nos dados do ano anterior e por todos os anos abordados pelo *Doing Business*. As notas de tópicos também abordam as reformas mais proeminentes do ano passado. Informações completas sobre cada tópico, incluindo exemplos das boas práticas e pesquisa relevante, estão disponíveis no website do relatório *Doing Business*.<sup>5</sup> O website também apresenta a lista completa das boas práticas por tópico descrita na Tabela 1.4.

## NOTES

1. Para medir convergência, o *Doing Business* calculou a mudança na variação de distância até a fronteira nas 174 economias desde 2005 para cada tópico. Os resultados sugerem que a maior convergência tem ocorrido na abertura de empresas, com a variação diminuindo até 49% desde 2005. Os tópicos com a próxima maior convergência são pagamento de impostos (com uma mudança na variação de -24%), obtenção de alvarás de construção (-23%), registro de propriedade (-19%), obtenção de crédito (-12%) e execução de contratos (-4%). Diversos outros tópicos mostram uma pequena divergência: comércio internacional (7%), proteção de investidores (2%) e resolução de insolvência (1%). A mudança global na variação é igual a -16%, sugerindo uma convergência geral em todos os tópicos *Doing Business*.
2. Eifert, 2009.
3. A análise, por Divanbeigi e Ramalho (2012), conclui que a redução da distância até a fronteira nos conjuntos de indicadores que mede a complexidade e o custo de processos regulatórios até 10 pontos percentuais está associada a um aumento de cerca de 1 ponto percentual na taxa de crescimento do PIB. Uma vez que a distância até a fronteira apresenta uma melhora de 1 ponto percentual por ano em média, essas simulações são baseadas em resultados esperados por um período de 10 anos. Os resultados baseiam-se no painel dinâmico com estimador de Arellano e Bond para controle do círculo econômico e fatores específicos dos países e invariantes no tempo. Segundo Eifert (2009) e Djankov, McLeish e Ramalho (2006), a análise faz um controle em termos de consumo do governo, qualidade institucional e percepção da corrupção. Também faz um controle em termos de abertura total de negócios e lucros provenientes de recursos naturais.
4. Essa pesquisa segue o ponto de vista de Klapper e Love (2011a). A análise faz um controle em termos de consumo do governo, qualidade institucional e percepção da corrupção. Também faz um controle em termos de abertura total de negócios e lucros provenientes de recursos naturais.
5. <http://www.doingbusiness.org>.

# Sobre o *Doing Business*: medindo o impacto

2007 2012 2011  
2005 2009 2004  
2008 2006 2010 2013

O setor privado proporciona cerca de 90% dos empregos nos países em desenvolvimento.<sup>1</sup> As políticas governamentais que apoiam um ambiente dinâmico de negócios — no qual as empresas fazem investimentos, criam empregos e aumentam a produtividade — geram maiores oportunidades. Um volume crescente de evidências sugere que os formuladores de políticas que buscam fortalecer o setor privado devem dispensar atenção, não somente aos fatores macroeconômicos, mas também à qualidade das leis, regulamentações e acordos institucionais que moldam a vida econômica diária.<sup>2</sup>

Esta é a 10ª edição do relatório *Doing Business*. Quando o primeiro relatório foi elaborado em 2003 havia poucos indicadores globalmente disponíveis e regularmente atualizados para monitorar tais questões microeconômicas como regulamentações de negócios que afetam firmas locais. Esforços anteriores desde a década de 1980 basearam-se em dados de percepções, mas essas pesquisas especializadas de empresas focalizaram aspectos amplos do ambiente de negócios e frequentemente capturaram as experiências únicas das empresas. Essas pesquisas não forneciam o nível de especificidade e comparabilidade entre os países que o *Doing Business* proporciona — focalizando-se em transações, leis e instituições bem definidas em vez de questões genéricas baseadas nas percepções de empresas sobre o ambiente de negócios.

*Doing Business* procura medir as regulamentações de negócios para as empresas domésticas por meio de uma lente objetiva. O projeto examina principalmente pequenas e médias empresas na maior cidade de negócios do país. Baseado em estudos de casos padronizados apresenta indicadores quantitativos que medem as regulamentações aplicáveis a firmas em etapas diferentes de seus ciclos

de vida. Os resultados de cada economia podem ser comparados aos de 184 outras economias e no decorrer do tempo.

No decorrer dos anos a seleção de indicadores para o relatório *Doing Business* tem sido orientada por um conjunto diversificado de dados coletados pelas Pesquisas de Empresas realizadas pelo Banco Mundial. Esses dados destacam os principais obstáculos à atividade comercial conforme o relato dos empresários de mais de 100 economias. Entre os fatores identificados pelas pesquisas como importantes para os negócios destacam-se os impostos (tanto gestão como taxas tributárias) e eletricidade — inspirando a formulação dos indicadores de pagamento de impostos e obtenção de eletricidade. Além disso, a elaboração dos indicadores do *Doing Business* tem sido baseada em perspectivas teóricas provenientes de um vasto acervo de publicações.<sup>3</sup> A metodologia do *Doing Business* permite a atualização dos indicadores de forma relativamente barata e replicável.

A metodologia do *Doing Business* é também sensível às necessidades das autoridades. As normas e as regulamentações estão sob seu controle — e estas, empenhadas em mudar o ambiente e o comportamento dos negócios, com frequência iniciam a mudança das normas e regulamentações que os afetam. *Doing Business* vai além da identificação de problemas existentes e identifica também as regulamentações específicas ou os procedimentos regulatórios que possam contribuir à reforma regulamentar. As suas medidas quantitativas da regulamentação de negócios permitem a pesquisa sobre o modo como as regulamentações específicas afetam o comportamento das empresas e os resultados econômicos.

O primeiro relatório *Doing Business* abrangia cinco tópicos e 133 economias. O relatório deste ano inclui 11 tópicos

e 185 economias. Dez tópicos estão incluídos na classificação agregada da facilidade para fazer negócios e nove na distância até a fronteira.<sup>4</sup> O projeto foi enriquecido pelos comentários proveniente de governos, acadêmicos, profissionais e revisores.<sup>5</sup> O objetivo principal ainda é o mesmo: oferecer uma base objetiva para entender e melhorar o ambiente regulatório para os negócios.

## O QUE O DOING BUSINESS ABRANGE

O *Doing Business* capta várias dimensões importantes do ambiente regulatório à medida que essas se aplicam a empresas locais. Oferece medidas quantitativas de análise da regulamentação para a abertura de empresas, obtenção de alvarás de construção, obtenção de eletricidade, registro de propriedades, obtenção de crédito, proteção de investidores, pagamento de impostos, comércio entre fronteiras, execução de contratos e resolução de insolvência. O *Doing Business* também examina regulamentações relacionadas com o emprego de trabalhadores. Aguardando maior progresso da pesquisa nessa área, o relatório deste ano não apresenta classificações de economias sobre os indicadores de emprego de trabalhadores e também não inclui este tema na classificação da facilidade para fazer negócios. Ele apresenta os dados sobre indicadores do emprego de trabalhadores. Dados adicionais sobre regulamentações trabalhistas coletados em 185 economias estão disponíveis no relatório *Doing Business*.<sup>6</sup>

Uma premissa fundamental do *Doing Business* é a noção de que a atividade econômica, e especialmente o desenvolvimento do setor privado, requer normas claras e coerentes: normas que estabeleçam e esclareçam os direitos de propriedade e facilitem a solução de controvérsias, e normas que aumentem a previsibilidade de interações econômicas e proporcionem aos parceiros contratuais proteções essenciais contra arbitrariedade e abuso. Quando essas normas são razoavelmente eficazes, são transparentes e acessíveis àqueles que precisem usá-las, podem ser implementadas com um custo razoável, e são muito mais eficazes na configuração dos incentivos de agentes econômicos de modo a promover o crescimento e o desenvolvimento. A qualidade

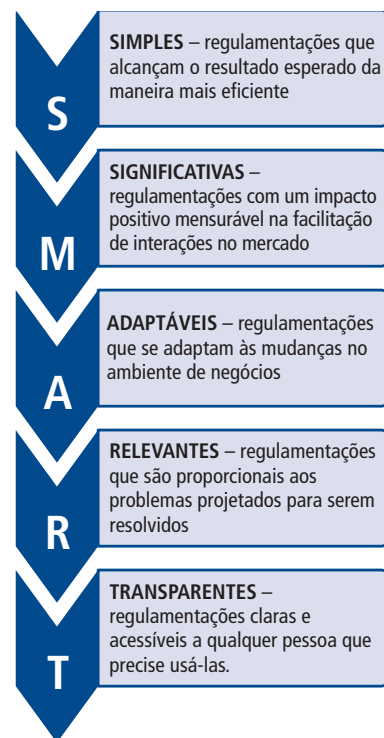
das normas também tem uma influência crítica no modo como as sociedades distribuem os benefícios e arcam com os custos de estratégias e políticas de desenvolvimento.

De acordo com a importância das normas, alguns indicadores do *Doing Business* atribuem uma pontuação mais alta para instituições de maior regulamentação e melhor funcionamento (tais como tribunais ou serviços de crédito). Na área de proteção de investidores, por exemplo, são atribuídas pontuações mais altas para as condições mais exigentes de divulgação no caso de transações das partes relacionadas. Pontuações mais altas são também atribuídas para uma forma simplificada de aplicar regulamentações que mantenham baixos os custos de cumprimento para as empresas — tais como permitir que cumpram as formalidades para abertura de empresas em um serviço centralizado ou por meio de um único portal on-line. Finalmente, o *Doing Business* atribui pontuações de recompensa às economias que aplicam um enfoque baseado no risco como forma de abordar as preocupações sociais e ambientais — por exemplo impondo uma maior carga regulamentar sobre atividades que representam um alto risco para a população e menor sobre as atividades de baixo risco.

Portanto, as economias que têm a classificação mais alta na facilidade para fazer negócios não são aquelas em que não há regulamentações, mas aquelas cujos governos conseguem criar normas que facilitem interações no mercado sem criar obstáculos desnecessários para o desenvolvimento do setor privado. Essencialmente, o *Doing Business* gira em torno de regulamentações inteligentes de negócios e não necessariamente em torno de menos regulamentações (Figura 2.1).

Na elaboração dos indicadores o projeto *Doing Business* abrange dois tipos de dados. O primeiro provém das leis e regulamentações de cada economia. A equipe do *Doing Business*, em colaboração com peritos locais entrevistados, examina as leis comerciais para encontrar os requisitos de divulgação de informações em transações entre partes relacionadas. Estuda o código civil para encontrar os procedimentos necessários para resolver uma disputa de venda comercial perante tribunais locais. Examina o código trabalhista para encontrar dados em

FIGURA 2.1 Quais são as regulamentações empresariais inteligentes segundo a definição do *Doing Business*?



uma série de questões sobre as relações entre o empregador e os empregados. E mede outros instrumentos legais em busca de outras peças-chave de dados usados nos indicadores vários dos quais têm uma grande dimensão jurídica. De fato, cerca de três quartos dos dados usados no *Doing Business* são desse tipo factual — reduzindo a necessidade de ter um tamanho de amostra maior de especialistas, a fim de melhorar a precisão. Os peritos locais entrevistados desempenham um papel vital em corroborar a compreensão e interpretação da equipe do *Doing Business* a respeito das regulamentações e leis.

Os dados do segundo tipo servem como insumos para os indicadores sobre a complexidade e custo dos processos regulatórios. Esses indicadores medem a eficiência para alcançar uma meta normativa, tais como o número de procedimentos para obter um alvará de construção ou o tempo necessário para uma empresa receber sua identidade jurídica. Neste grupo os indicadores das estimativas de custo são registrados com base em uma tabela de taxas oficiais,



conforme aplicável. As estimativas de tempo com frequência envolvem um elemento de juízo por parte dos entrevistados que normalmente administram os regulamentos pertinentes ou empreendem as transações relevantes.<sup>7</sup> Esses peritos têm várias rodadas de interação com a equipe do *Doing Business* tais como teleconferência e visitas da equipe até haver convergência na resposta final. Para determinar os indicadores que medem o tempo e custo um processo regulatório, tal qual abrir uma empresa, é dividido em etapas e procedimentos claramente definidos (para obter informações mais detalhadas, consultar a discussão sobre metodologia patenteada deste capítulo). Aqui o *Doing Business* tira partido do trabalho pioneiro de Hernando de Soto, ao aplicar a abordagem das análises de tempo e movimento utilizado na década de 1980 para mostrar os obstáculos à criação de uma fábrica de roupas na periferia de Lima.<sup>8</sup>

## O QUE O *DOING BUSINESS* NÃO ABRANGE

Os dados do *Doing Business* têm importantes limitações a serem levadas em conta por aqueles que os utilizam.

### Limitações na esfera de ação

Os indicadores do *Doing Business* são limitados na esfera de ação. Especificamente:

- O *Doing Business* não mede todos os aspectos políticos nem todas as instituições que afetam a qualidade do ambiente de negócios em uma economia ou sua competitividade nacional. Por exemplo, não mede aspectos da segurança, predominância de suborno e corrupção, tamanho do mercado, estabilidade macroeconômica (inclusive se o governo administra suas finanças de forma sustentável), situação do sistema financeiro ou nível de treinamento e mão de obra.
- Mesmo no conjunto relativamente pequeno de indicadores incluídos no *Doing Business*, o enfoque é deliberadamente estreito. Os indicadores de obtenção de eletricidade, por exemplo, captam os procedimentos, tempo e custo necessários para que uma empresa consiga uma ligação elétrica permanente para suprir um depósito padronizado. Portanto, por meio desses indicadores o *Doing Business* proporciona

TABELA 2.1 *Doing Business* — referência para 11 áreas de regulamentos de negócios

Complexidade e custo dos processos regulatórios	
Abertura de empresas	Procedimentos, tempo, custo e exigência de capital mínimo
Obtenção de alvarás de construção	Procedimentos, tempo e custo
Obtenção de eletricidade	Procedimentos, tempo e custo
Registrando propriedade	Procedimentos, tempo e custo
Pagando impostos	Pagamentos, tempo, e alíquota total
Comércio entre fronteiras	Documentos, tempo e custo
Solidez das instituições jurídicas	
Obtenção de crédito	Leis sobre garantias móveis e sistemas sobre a informação de crédito
Proteção de investidores	Divulgação e responsabilidade em transações entre partes relacionadas
Execução de contratos	Procedimentos, tempo e custo necessários para resolver uma disputa comercial
Resolução de insolvências	Tempo, custo, resultados e taxa de recuperação
Emprego de trabalhadores <sup>a</sup>	Flexibilidade na regulamentação do emprego

a. Os indicadores de emprego de trabalhadores não estão incluídos na classificação deste ano sobre a facilidade para fazer negócios nem no cálculo de dados sobre a solidez das instituições jurídicas incluídos no relatório.

uma perspectiva estreita do alcance de desafios à infraestrutura que enfrentam as empresas, especialmente no mundo em desenvolvimento. Não aborda o grau em que estradas, ferrovias, portos e comunicações inadequados podem aumentar os custos para as empresas e prejudicar a competitividade. O *Doing Business* abrange 11 áreas do ciclo de vida de uma empresa por meio de 11 conjuntos específicos de indicadores (Tabela 2.1). Semelhantes aos indicadores sobre obtenção de eletricidade, os indicadores sobre a abertura de uma empresa ou a proteção dos investidores não abrangem todos os aspectos da legislação comercial. E os indicadores sobre o emprego de trabalhadores não abrangem todas as áreas de regulamentações trabalhistas. Por exemplo, não medem as regulamentações que tratam de questões de saúde e segurança no trabalho ou do direito à negociação coletiva.

- O *Doing Business* não mede todos os custos e benefícios de uma determinada lei ou regulamentação para a sociedade como um todo. Os indicadores de pagamento de impostos, por exemplo, medem a taxa tributária total, a qual representa um custo para as empresas. Os indicadores não medem nem intencionam medir os benefícios dos programas sociais e econômicos financiados por meio de receitas tributárias.

Medir as leis e regulamentações de negócios proporciona um insumo no debate sobre o ônus regulatório associado ao alcance de objetivos normativos. Esses objetivos podem variar entre os países.

### Limitações em relação a cenários de casos padronizados

Uma consideração importante para os indicadores do *Doing Business* é o fato de terem que assegurar comparabilidade dos dados em um conjunto global de economias. Portanto, os indicadores são baseados em cenários de casos padronizados com pressupostos específicos. Um desses casos é a localização de uma empresa na maior cidade de negócios da economia. A realidade é a seguinte: as regulamentações empresariais e a sua execução frequentemente variam em um país, especialmente nos Estados federativos e nas grandes economias. No entanto, coletar dados referentes a cada jurisdição relevante em cada uma das 185 economias abrangidas pelo *Doing Business* seria demasiadamente dispendioso.

O *Doing Business* reconhece as limitações de cenários de casos padronizados e de suposições. No entanto, embora tais suposições sejam às custas da generalização, também ajudam a assegurar a comparabilidade de dados. Por esta razão é comum ver suposições restritivas deste tipo nos indicadores econômicos.

Por exemplo, estatísticas sobre inflação frequentemente baseiam-se em um conjunto de bens de consumo em algumas áreas urbanas, uma vez que coletar dados sobre preços representativos em âmbito nacional em altas frequências pode acarretar um custo proibitivo em muitos

países. Para captar uma variação nacional no ambiente de negócios nas economias, o *Doing Business* complementou seus indicadores globais com estudos subnacionais em algumas economias nas quais os recursos e interesses vêm em conjunto (Box 2.1).

### BOX 2.1 COMPARAÇÃO DE REGULAMENTAÇÕES DENTRO DAS ECONOMIAS: RELATÓRIOS SUBNACIONAIS DO *DOING BUSINESS*

Os relatórios subnacionais do *Doing Business* ampliam os indicadores para além da maior cidade de negócios coberta pelo *Doing Business*. Eles captam as diferenças locais nos regulamentos ou na implementação de regulamentos nacionais entre as cidades de uma economia (como na Colômbia) ou região (como no Sudeste da Europa). Os projetos são realizados por solicitação dos governos centrais, os quais muitas vezes contribuem com financiamento, como o México. Em alguns casos, os governos locais também fornecem financiamento, como ocorre na Federação Russa.

Os indicadores subnacionais oferecem aos governos medidas- padrão, baseadas em leis e regulamentos, que permitem comparações objetivas, tanto no nível nacional quanto internacional. Como ferramenta diagnóstica, eles identificam os pontos de estrangulamento e destacam as boas práticas que podem ser reproduzidas com facilidade em outras cidades que tenham a mesma estrutura jurídica.

Os governos assumem a responsabilidade do projeto por meio da participação em todas as etapas do seu planejamento e implementação — escolhendo as cidades que serão avaliadas de acordo com o padrão, os indicadores capazes de captar as diferenças locais e a frequência da análise comparativa. São envolvidas todas as esferas de governo - nacional, regional e municipal.

Os projetos subnacionais criam um espaço para discutir a reforma regulatória e fornecer oportunidades para os governos e órgãos aprenderem uns com os outros, por meio do relatório e workshops de aprendizado entre colegas. Mesmo após o lançamento do relatório, a troca de informações continua. No México, 28 dos 32 estados mantêm intercâmbios regulares.

As análises comparativas frequentes criam uma competição saudável entre as cidades para melhorar seu ambiente regulatório. A disseminação dos resultados reforça esse processo e oferece às cidades uma oportunidade de contarem suas histórias. Desde 2005, quinze economias já solicitaram duas ou mais rodadas de análises comparativas (inclusive Colômbia, Indonésia e Nigéria) e muitas delas ampliaram a cobertura geográfica para outras cidades (inclusive a Rússia). No México, cada rodada sucessiva captou um aumento no número de estados que melhoram seu ambiente regulatório em cada um dos 4 conjuntos de indicadores incluídos, alcançando 100% dos estados em 2011.

Desde 2005, os relatórios subnacionais incluíram 335 cidades em 54 economias, inclusive Brasil, China, República Árabe do Egito, Índia, Quênia, Marrocos, Paquistão e Filipinas.<sup>1</sup>

Este ano os estudos foram atualizados na Indonésia, Quênia, México, Rússia e Emirados Árabes Unidos. Os estudos estão em andamento na Hargeisa (Somaliland), assim como em 23 cidades e 4 portos na Colômbia, 15 cidades e três portos no Egito e 13 cidades e sete portos em Itália. Além disso, foram publicados três relatórios regionais:

- *Doing Business na OHADA*, que compara as normas comerciais dos 16 estados membros da Organização para a Harmonização do Código Comercial da África (Benin, Burkina Faso, Camarões, República Centro-Africana, Chade, Comoros, República do Congo, Costa do Marfim, Guiné Equatorial, Gabão, Guiné, Guiné-Bissau, Mali, Níger, Senegal, e Togo).
- *Doing Business na Comunidade da África Oriental*, que inclui 5 economias (Burundi, Quênia, Ruanda, Tanzânia e Uganda).
- *Doing Business no Mundo Árabe*, que inclui 20 economias (Argélia, Bahrain, Comoros, Djibuti, Egito, Iraque, Jordânia, Kuwait, Líbano, Mauritânia, Marrocos, Omã, Qatar, Arábia Saudita, Sudão, República Árabe da Síria, Tunísia, Emirados Árabes Unidos, Cisjordânia e Gaza e República do Iêmen).

1. Os relatórios subnacionais estão disponíveis no site do *Doing Business* em <http://www.doingbusiness.org/subnational>.

Alguns dos tópicos do *Doing Business* incluem áreas complexas e altamente diferenciadas. Aqui os casos padronizados e as suposições são cuidadosamente consideradas e definidas. Por exemplo, o cenário de caso padronizado geralmente envolve uma sociedade de responsabilidade limitada ou o seu equivalente dentro da legislação. Há duas considerações a serem levadas em conta na definição desta suposição. Primeiro, as empresas privadas de responsabilidade limitada são empiricamente a forma mais predominante de negócios em muitas economias no mundo inteiro. Segundo, esta escolha reflete o enfoque do *Doing Business* na expansão de oportunidades para o empresariado: os investidores são encorajados a se aventurar no negócio quando as perdas potenciais são limitadas à sua participação no capital.

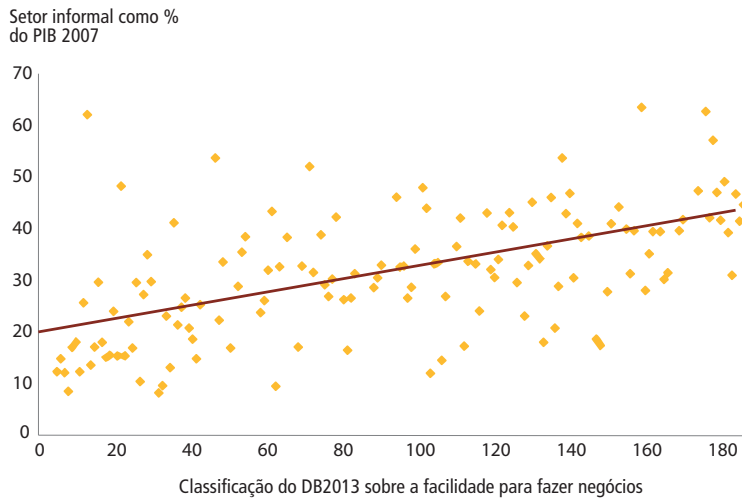
### Limitação do setor formal

Na elaboração dos indicadores, o *Doing Business* pressupõe que os empresários conhecem e cumprem todas as regulamentações exigentes. Na prática, os empresários podem gastar um tempo considerável tentando descobrir aonde ir e quais documentos apresentar. Também é possível que eles deliberadamente deixem de cumprir as normas — não se inscrevendo na previdência social, por exemplo. Quando a regulamentação é especialmente onerosa, os níveis de informalidade tendem a ser mais altos (Figura 2.2).

A informalidade tem um custo. Em comparação com suas contrapartes do setor formal, as empresas do setor informal geralmente crescem num ritmo mais lento, têm menos acesso ao crédito e empregam menos trabalhadores — e esses trabalhadores não são beneficiados pelas proteções das leis trabalhistas.

O *Doing Business* mede um conjunto de fatores que ajuda a explicar a ocorrência da informalidade e fornece às autoridades informações úteis sobre possíveis áreas de reforma regulatória. Para compreender totalmente o ambiente de negócios e ter uma perspectiva mais ampla dos desafios em termos de políticas, é necessário combinar as informações do *Doing Business* com dados de outras fontes, tais como as pesquisas junto a empresas realizadas pelo Banco Mundial — World Bank Enterprise Surveys.<sup>11</sup>

**FIGURA 2.2** Os níveis mais elevados de informalidade estão associados a classificações mais baixas no *Doing Business*



Nota: A correlação entre 2 variáveis é de 0,57. A relação é significativa no nível de 5% após o controle para a renda per capita. A amostra de dados inclui 143 economias.

Fonte: Banco de dados do *Doing Business*; Schneider, Buehn e Montenegro 2010.

### POR QUE ESSE ENFOQUE?

Por que o *Doing Business* focaliza o ambiente regulatório de pequenas e médias empresas? Essas empresas são importantes impulsores da concorrência, crescimento e geração de empregos, particularmente nas economias em desenvolvimento. Porém, até 65% da atividade econômica nessas economias ocorre no setor informal, geralmente devido ao excesso de burocracia e de regulamentos — e as empresas do setor informal não têm acesso às oportunidades e proteções que a lei oferece. Mesmo as empresas que operam no setor formal podem não ter acesso igual a essas oportunidades e proteções. Quando os regulamentos são onerosos e a concorrência é limitada, o sucesso tende a depender mais de pessoas que se conhece. Mas quando as normas são transparentes, eficientes e implementadas de forma simples, torna-se mais fácil para os aspirantes a empresários concorrerem, inovarem e crescerem.

As áreas de enfoque do *Doing Business* são importantes para o desenvolvimento e redução da pobreza? O estudo do Banco Mundial Vozes dos Pobres perguntou a 60.000 pessoas pobres em todo o mundo de que modo eles achavam que poderiam escapar da pobreza.<sup>12</sup> As respostas foram inequívocas: tanto as mulheres quanto os homens colocam suas esperanças, acima de tudo, nos rendimentos dos seus

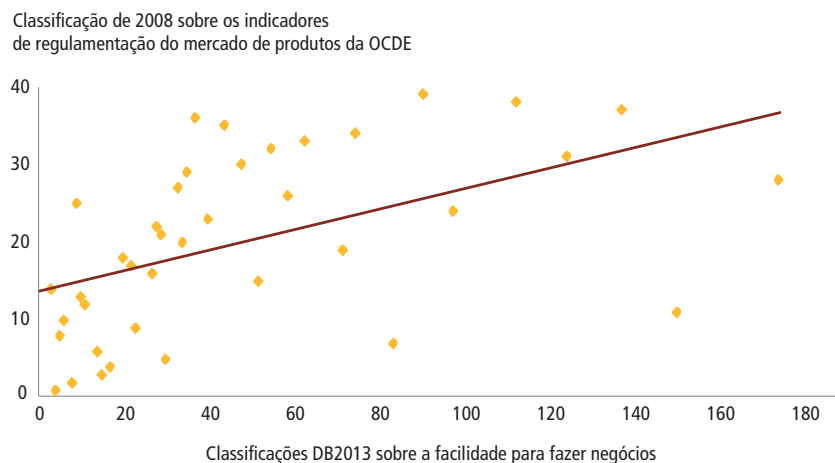
próprios negócios ou nos salários ganhos no emprego. Fomentar o crescimento — e assegurar que todas as pessoas, independentemente de nível de renda, possam participar dos seus benefícios — exige um ambiente no qual as pessoas que começam a ingressar no mercado de trabalho dotadas de motivação e boas ideias possam abrir empresas e no qual boas empresas possam investir e crescer, gerando, assim, mais empregos. Nesse sentido, o *Doing Business* valoriza boas

normas como a chave para a inclusão social.

Com efeito, o *Doing Business* funciona como um barômetro do ambiente regulatório para as empresas nacionais. Para usar uma analogia médica, o *Doing Business* é semelhante a um exame de colesterol. Um exame de colesterol não informa tudo sobre nossa saúde. Mas é mais fácil medir o nosso nível de colesterol do que nossa saúde geral e o exame nos fornece informações importantes, alertando-nos quando precisamos ajustar nosso comportamento. Da mesma forma, o *Doing Business* não nos diz tudo que precisamos saber sobre o ambiente regulatório para as empresas nacionais. Mas seus indicadores abordam aspectos que são mais fáceis de medir do que todo o ambiente regulatório e esses indicadores fornecem informações importantes sobre onde é necessário mudar. No entanto, determinar que tipo de mudança ou reforma regulamentar é certo pode variar substancialmente entre as economias.

Uma forma de verificar se o *Doing Business* funciona como um indicador do ambiente de negócios e da competitividade é olhar as correlações entre as classificações do *Doing Business* e outros padrões de referência econômicos importantes. O conjunto de indicadores mais próximo do *Doing Business* é o de indicadores da regulamentação do mercado de produtos compilado pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento

**FIGURA 2.3** Uma correlação significativa entre as classificações do *Doing Business* e regulamentação de mercado de produtos da OCDE

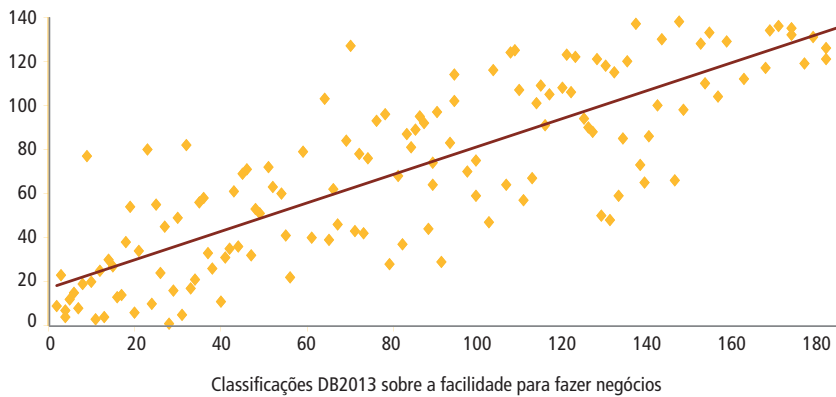


Nota: As relações são significativas no nível de 5% após o controle da renda per capita.

Fonte: Banco de dados do *Doing Business*; dados da OCDE.

**FIGURA 2.4** Uma correlação forte entre as classificações do *Doing Business* e as classificações do Fórum Econômico Mundial sobre competitividade

2012/13 sobre os indicadores de competitividade Mundial



Nota: As relações são significativas no nível de 5% após o controle da renda per capita.

Fonte: Banco de dados do *Doing Business*; dados da WEF 2012.

Econômico (OCDE). Esses indicadores foram projetados para ajudar a avaliar até que ponto o ambiente regulatório promove ou inibe a concorrência. Incluem medidas da extensão dos controles de preços, o sistema de licenciamento e permissões, o grau de simplificação das regras e procedimentos, os ônus administrativos e as barreiras legais e normativas, a predominância de procedimentos discriminatórios e o grau de controle do governo sobre as empresas comerciais.<sup>13</sup> As classificações com base nesses indicadores — relativos aos 39 países cobertos, muitos dos quais são grandes mercados emergentes — apresentam correlação com as classificações da facilidade para fazer negócios (neste caso, a correlação é de 0,53; figura 2.3).

Existe uma correlação alta (0,83) entre as classificações do *Doing Business* e as classificações do Índice de Competitividade Global do Fórum Econômico Mundial, uma ferramenta bem mais abrangente que capta fatores como a estabilidade macroeconômica, aspectos do capital humano, a solidez das instituições públicas e a complexidade da comunidade empresarial (Figura 2.4).<sup>14</sup> As experiências relatadas com normas comerciais, tais como aquelas relatadas no Índice de Competitividade Global, geralmente variam muito mais dentro das próprias economias (através de entrevistados da mesma economia) do que entre as economias.<sup>15</sup> Uma alta correlação como essa, portanto, pode coexistir com diferenças significativas nas economias.

### DOING BUSINESS COMO EXERCÍCIO DE COMPARAÇÃO

Ao captar dimensões importantes dos regimes regulatórios, o *Doing Business* proporciona uma grande oportunidade para análise comparativa. Esse exercício referencial é necessariamente incompleto, da mesma forma como os dados do *Doing Business* têm escopo limitado. É útil quando auxilia o julgamento, mas não quando suplanta o julgamento.

Desde 2006, o *Doing Business* vem apresentando duas perspectivas sobre os dados coletados: apresenta indicadores “absolutos” de cada economia para cada um dos 11 tópicos normativos tratados e proporciona classificações de economias para 10 tópicos, por tópico e também em conjunto. É preciso discernimento na interpretação dessas medidas para qualquer economia e na determinação de um caminho sensível e politicamente viável para uma reforma normativa.

A revisão isolada das classificações do *Doing Business* pode mostrar resultados imprevistos. Algumas economias podem ter uma classificação inesperadamente alta em alguns tópicos, enquanto outras economias, como as que tiveram crescimento rápido ou atraíram muitos investimentos, podem apresentar uma classificação mais baixa do que outras que aparentem ser menos dinâmicas.

À medida que as economias se desenvolvem, elas podem acrescentar ou

melhorar as regulamentações que protegem os investidores e os direitos das propriedades. Muitas também tendem a otimizar as regulamentações existentes e suprimir as desatualizadas. O *Doing Business* constata que economias dinâmicas e em expansão reformam e atualizam constantemente a legislação pertinente ao ambiente de negócios, bem como a sua maneira de implementá-las; ao mesmo tempo, muitas economias pobres ainda são regidas por sistemas regulatórios do final do século XIX.

Para os governos engajados em reformas, a melhoria do ambiente regulatório para os empreendedores locais em termos absolutos é muito mais importante do que a classificação relativa da sua economia em relação a outras economias. Para ajudar a avaliar o nível absoluto do desempenho regulatório e a sua melhoria ao longo do tempo, o relatório deste ano apresenta mais uma vez a medida da distância até a fronteira. Essa medida mostra a distância de cada economia até a “fronteira”, que representa o melhor desempenho observado em cada um dos indicadores em todas as economias incluídas no *Doing Business* desde 2003.

A qualquer momento, a medida da distância até a fronteira mostra o quanto uma economia está distante do melhor desempenho. A comparação da pontuação de uma economia em dois momentos distintos permite que os usuários avaliem a mudança absoluta do ambiente regulatório da economia ao longo do tempo de acordo com as medidas do *Doing Business*, em vez de simplesmente avaliar a mudança do desempenho da economia em relação às outras. Dessa forma, a medida da distância até a fronteira complementa as classificações anuais sobre a facilidade para fazer negócios, comparando economias entre si em um determinado ponto no tempo.

Cada tópico coberto pelo *Doing Business* abrange um aspecto diferente do ambiente regulatório de negócios. As classificações de cada economia variam, às vezes de forma significativa, entre os tópicos. Uma maneira rápida de avaliar a variabilidade do desempenho regulatório de uma economia em diferentes áreas das normas comerciais é examinar as classificações dos tópicos (ver tabelas dos países). A Guatemala, por exemplo, obteve uma classificação global de 93 na

facilidade para fazer negócios. Sua classificação é 12 na obtenção de crédito, 20 na facilidade de registro de propriedade e 34 na facilidade de obtenção de eletricidade. Ao mesmo tempo, tem uma classificação de 124 na facilidade de pagar impostos, 158 na proteção de investidores, e 172 na facilidade de abrir uma empresa (ver Figura 1.2 no resumo executivo).

## O QUE OS DADOS DE 10 ANOS MOSTRAM

Um volume cada vez maior de pesquisas mostra que determinadas áreas de normas comerciais, bem como determinadas reformas nessas áreas, estão associadas a resultados sociais e econômicos essenciais — incluindo criação de empresas, emprego, formalidade, comércio internacional, acesso a serviços financeiros e a sobrevivência de empresas que apesar das dificuldades são viáveis.<sup>16</sup> Essa pesquisa foi possível graças aos dados de dez anos do *Doing Business*, combinados com outros conjuntos de dados. Cerca de 1.245 artigos de pesquisas foram publicados em revistas acadêmicas revisadas e cerca de 4.071 trabalhos disponíveis no Google Scholar; ver os dados de *Doing Business*.<sup>17</sup>

Não é fácil determinar o impacto empírico das reformas regulatórias. Uma abordagem possível é por meio de uma análise de correlação entre os países. Mas com esse método é difícil isolar o efeito de uma reforma regulatória específica devido a todos os outros fatores que podem variar entre as economias e que podem não ter sido considerados na análise. Como então os pesquisadores determinam se os resultados sociais ou econômicos teriam sido diferentes sem uma reforma regulatória específica? Um crescente número de estudos conseguiu investigar essas questões por meio de uma análise das mudanças regulatórias em um país ao longo do tempo, ou utilizando estimativas de painel. Outros focam nas reformas regulatórias relevantes apenas para determinadas empresas ou indústrias em um país. A literatura mais ampla, usando uma série de estratégias empíricas diferentes, produziu algumas conclusões interessantes, incluindo as descritas a seguir.

*Normas comerciais mais inteligentes promovem o crescimento econômico.* As economias com melhores normas comerciais crescem mais rápido. Um estudo concluiu que a diferença entre as

economias do melhor quartil das normas comerciais medido pelo *Doing Business*, e as do pior quartil está associada a um aumento de 2,3 pontos percentuais nas taxas de crescimento anual.<sup>18</sup> Um outro constatou que as reformas normativas que tornaram mais fácil fazer negócios em economias de renda relativamente baixa estão associadas com um aumento na taxa de crescimento de 0,4 pontos percentuais no ano seguinte.<sup>19</sup>

*A simplificação do registro de empresas promove um maior empreendedorismo e a produtividade das empresas.* As economias que têm um registro de empresas eficiente também tendem a ter uma taxa de ingresso mais alta por parte das novas empresas e uma maior densidade de negócios.<sup>20</sup> Um registro de empresas mais rápido está associado a um número maior de registros de empresas em setores com maior potencial de crescimento, tais como os que apresentam expansão da demanda global ou mudanças tecnológicas.<sup>21</sup> E um início mais rápido está associado a mais investimentos em setores geralmente protegidos da concorrência, incluindo transportes, serviços públicos e comunicações.<sup>22</sup> Evidências empíricas também sugerem que a eficiência na regulamentação da abertura de empresas melhora a produtividade das firmas e o desempenho macroeconômico.<sup>23</sup>

*A simplificação do registro das novas empresas aumenta as oportunidades de emprego formal.* Como as novas empresas muitas vezes são criadas por trabalhadores altamente qualificados, a redução dos custos de ingresso em geral gera maiores taxas de acesso à educação, mais empregos para trabalhadores de alta qualificação e maior produtividade média.<sup>24</sup> E com o aumento do registro formal, também pode impulsionar a segurança legal — uma vez que as novas empresas agora estão cobertas pelo sistema jurídico, beneficiando as empresas, seus clientes e fornecedores.<sup>25</sup>

Estudos específicos dos países confirmam que a simplificação das normas de ingresso pode promover o estabelecimento de novas empresas no setor formal:

- Na Colômbia, a criação de um serviço centralizado de registro de empresas em diversas cidades do país foi seguida por um aumento de 5,2% nos registros de novas firmas.<sup>26</sup>

- No México, um estudo analisando os efeitos de um programa de simplificação do licenciamento municipal concluiu que ele gerou um aumento de 5% no número de empresas registradas e um aumento de 2,2% no trabalho assalariado, enquanto a concorrência das novas empresas reduziu os preços em 0,6% e a renda das empresas responsáveis em 3,2%.<sup>27</sup> Um segundo estudo concluiu que o programa era mais eficaz nos municípios com menos corrupção e procedimentos adicionais de registro mais baratos.<sup>28</sup> E ainda outro concluiu que o licenciamento mais simples pode resultar tanto em mais trabalhadores assalariados como numa porcentagem maior de empresas formais, dependendo das características pessoais dos donos dos negócios informais: aqueles com características próprias de trabalhadores assalariados provavelmente tornariam-se trabalhadores assalariados, enquanto aqueles com características próprias de empreendedores no setor formal provavelmente tornariam-se proprietários de empresas formais.<sup>29</sup>

- Na Índia, um estudo concluiu que a eliminação progressiva do “license raj” — o sistema de regulamentação do ingresso e da produção na indústria — ocasionou um aumento de 6% nos registros de novas empresas.<sup>30</sup> Outro estudo constatou que a simplificação das normas de ingresso e a flexibilidade do mercado de trabalho eram complementares. Os estados da Índia com regulamentação trabalhista mais flexível tiveram uma redução de 25% maior no número de empresas informais e a produção real cresceu 18% a mais do que nos estados com normas menos flexíveis.<sup>31</sup> Um terceiro estudo concluiu que a reforma do licenciamento resultou em um aumento da produtividade agregada de 22% entre as empresas afetadas.<sup>32</sup>

- Em Portugal, a criação de um serviço centralizado para empresas levou a um aumento de 17% nos registros de novas empresas. A reforma favoreceu principalmente os pequenos empresários com baixos níveis de instrução que operavam em setores de baixa tecnologia, como agricultura, construção e vendas no varejo.<sup>33</sup>

*Um ambiente regulatório sólido aumenta o desempenho comercial.* O fortalecimento

do ambiente institucional para o comércio — como aumentar a eficiência da alfândega — pode impulsionar os volumes do comércio.<sup>34</sup> Na África Subsaariana, foi constatado que o ambiente comercial ineficiente era um dos principais fatores do fraco desempenho comercial.<sup>35</sup> Um estudo concluiu que uma redução de um dia no tempo de viagens internas gera um aumento de 7% nas exportações.<sup>36</sup> Outro estudo constatou que entre os fatores que aumentam o desempenho comercial estão o acesso ao financiamento, a qualidade da infraestrutura e a capacidade do governo de formular e implementar sólidas políticas e normas que promovam o desenvolvimento do setor privado.<sup>37</sup> O mesmo estudo mostrou que quanto mais limitadas forem as economias em relação ao acesso aos mercados estrangeiros, mais elas poderão se beneficiar das melhorias no clima de investimento. Ainda outro estudo constatou que as melhorias na eficiência do transporte e o ambiente comercial têm um efeito marginal maior sobre as exportações nas economias de renda mais baixa do que nas de renda mais alta.<sup>38</sup> Um estudo até sugeriu que medidas da fronteira para melhorar o desempenho logístico e facilitar o comércio podem ter um efeito maior no comércio, principalmente nas exportações, do que a redução das tarifas.<sup>39</sup>

Outras áreas regulatórias também influenciam o desempenho comercial. As economias com boa execução de contratos tendem a produzir e exportar produtos mais personalizados.<sup>40</sup> Como a produção de produtos de alta qualidade é uma pré-condição para que as empresas tornem-se exportadoras, as reformas que diminuem o custo da produção de alta qualidade aumentam o efeito positivo das reformas comerciais.<sup>41</sup> Além disso, as reformas que removam barreiras ao comércio precisam ser acompanhadas por outras reformas, tais como as que tornem os mercados de trabalho mais flexíveis, para aumentar a produtividade e o crescimento.<sup>42</sup>

*Uma infraestrutura sólida do mercado financeiro — incluindo tribunais, leis de insolvência e credores e registros de crédito e garantias — aumenta o acesso ao crédito.* As empresas de todo o mundo identificam o acesso ao crédito como um dos principais obstáculos que enfrentam.<sup>43</sup> Bons sistemas de informações de crédito e leis sólidas sobre garantias podem ajudar a aliviar as

restrições financeiras. Uma análise das reformas que melhoram a lei de garantias em 12 economias de transição concluiu que elas têm um efeito positivo no volume de empréstimos bancários.<sup>44</sup> Um maior intercâmbio de informações por meio de serviços de crédito está associado a uma maior rentabilidade bancária e a um risco bancário mais baixo. O fortalecimento dos direitos dos credores e a existência de registros de crédito públicos ou privados também estão associados a um maior coeficiente do crédito privado ao PIB.<sup>45</sup>

Estudos específicos dos países confirmam que os processos eficientes de recuperação de dívidas e de saída são fundamentais na determinação das condições do crédito e em assegurar que empresas menos produtivas sejam reestruturadas ou saiam do mercado:

- Na Índia, a criação de tribunais especializados em recuperação de dívidas teve vários efeitos positivos, inclusive na agilização da resolução de pedidos de recuperação de dívida, permitindo que os mutuantes obtenham mais garantias nos empréstimos inadimplentes, aumentando a probabilidade de amortização em 28% e reduzindo as taxas de juros sobre os empréstimos em 1-2 pontos percentuais.<sup>46</sup>
- A ampla reforma da Lei de Falência realizada no Brasil em 2005 foi associada à redução de 22% no custo do endividamento e a um aumento de 39% no nível agregado de crédito.<sup>47</sup>
- A introdução de mecanismos simplificados para a reorganização reduziu o número de liquidações porque estimula as empresas mais viáveis a optarem pela reorganização. Na realidade, ela reduziu o número de liquidações em 14% na Colômbia e em 8,4% na Bélgica.<sup>48</sup> Uma característica importante do novo sistema da Colômbia é que ele faz uma distinção melhor entre empresas viáveis e não viáveis, tornando mais provável que empresas essencialmente viáveis mas em situação financeira crítica possam sobreviver.
- A melhoria das proteções dos investidores, o desenvolvimento dos mercados financeiros e a promoção de mercados mais ativos para o controle corporativo reduzem a permanência de empresas familiares ao longo do tempo, ampliando a oportunidade para as empresas com estruturas de capital mais diversificadas.<sup>49</sup>

## COMO OS GOVERNOS UTILIZAM O DOING BUSINESS

O *Doing Business* oferece às autoridades uma ferramenta útil de análise comparativa para incentivar o debate sobre políticas, tanto por meio da exposição de possíveis desafios, quanto por meio da identificação de boas práticas e lições aprendidas. O debate inicial sobre os resultados destacados pelos dados geralmente transforma-se em uma discussão mais profunda acerca da pertinência dos dados para a economia e sobre as áreas onde a reforma da regulamentação de empresas é necessária, inclusive áreas muito além daquelas medidas pelo *Doing Business*.

Os governos voltados para a reforma que procuram histórias de sucesso na regulamentação de empresas consultam o *Doing Business* para obterem exemplos (Box 2.2). A Arábia Saudita, por exemplo, usou a lei de sociedades anônimas da França como modelo para revisar sua própria legislação. Muitos países da África se voltam para Maurício — a economia de melhor desempenho na região segundo os indicadores do *Doing Business* — como fonte de boas práticas na reforma da regulamentação de negócios. Os governos compartilhavam conhecimentos sobre normas comerciais antes do início do projeto *Doing Business*. Mas o *Doing Business* tornou essa troca mais fácil criando uma linguagem comum que compara as normas comerciais de todo o mundo.

Nos últimos dez anos, os governos de todo o mundo vêm melhorando ativamente o ambiente regulatório das empresas nacionais. A maioria das reformas relacionadas aos tópicos do *Doing Business* foi incluída em programas de reforma mais amplos que visavam aumentar a competitividade econômica, como na Colômbia, Quênia e Libéria. Ao estruturar programas de reforma para o ambiente de negócios, os governos usam várias fontes de dados e indicadores. Isso reconhece a realidade de que os dados do *Doing Business* por si só já oferecem um roteiro completo para as reformas de regulamentação das empresas de sucesso.<sup>50</sup> Reflete também a necessidade de responder a muitas partes interessadas e grupos de interesse, todos os quais trazem importantes questões e preocupações para o debate sobre a reforma.

## BOX 2.2 COMO AS ECONOMIAS USAM O *DOING BUSINESS* EM PROGRAMAS DE REFORMA NORMATIVA

Para garantir a coordenação dos esforços em todos os órgãos do governo, economias como Brunei Darussalam, Colômbia e Ruanda formaram comissões de reforma normativa que se reportam diretamente aos seus Presidentes. Essas comissões usam os indicadores do *Doing Business* como uma contribuição para informar seus programas de melhoria do ambiente de negócios. Mais de 35 outras economias criaram essas comissões no nível interministerial. No Sul da Ásia e Leste Asiático e Pacífico, elas são: Índia, Coreia, Malásia, Filipinas, Taiwan, China e Vietnã. No Oriente Médio e Norte da África: Marrocos, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos. Na Europa Oriental e Ásia Central: Geórgia, Cazaquistão, Kosovo, República do Quirguistão, Macedônia (ex-República da Iugoslávia), Moldávia, Montenegro e Tajiquistão. Na África Subsaariana: Botsuana, Burundi, República Centro-Africana, Comoros, República Democrática do Congo, República do Congo, Costa do Marfim, Quênia, Malauí, Nigéria, Serra Leoa, Togo e Zâmbia. E na América Latina e Caribe: Chile, República Dominicana, Guatemala, México, Panamá e Peru. Desde 2003 os governos já relataram mais de 350 reformas regulatórias que foram informadas pelo *Doing Business*.<sup>1</sup>

Muitas economias compartilham o conhecimento sobre o processo de reformas regulatórias relacionado às áreas medidas no *Doing Business*. Entre os lugares mais comuns para esse intercâmbio de conhecimento estão os eventos de aprendizado entre colegas — workshops nos quais autoridades de diversos governos de uma região ou mesmo do mundo reúnem-se para debater os desafios da reforma normativa e compartilhar suas experiências. Nos últimos anos, esses eventos ocorreram na Colômbia (para a América Latina e Caribe) em Ruanda (para a África Sub-Sariana), na Geórgia (para a Europa Oriental e Ásia Central), na Malásia (para o Leste Asiático Oriente e Pacífico) e no Marrocos (para o Oriente Médio e Norte da África). Além disso, organizações regionais como a APEC, destacadas em um estudo de caso no relatório deste ano, usam os dados do *Doing Business* como ferramenta e linguagem comum para definir uma agenda para a reforma das regulamentações de negócios.

1. Estas são as reformas das quais o *Doing Business* tem conhecimento de que as informações fornecidas pelo relatório foram utilizadas para criar a agenda de reforma.

Quando o Grupo Banco Mundial se compromete com os governos na questão da melhoria do clima de investimento, o diálogo tem como objetivo incentivar o uso crítico dos dados do *Doing Business* — aprimorar o parecer e promover reformas amplas que melhorem o clima de investimento e não um foco restrito na melhoria das classificações do *Doing Business*. O Banco Mundial usa um amplo conjunto de indicadores e análises nesse diálogo sobre políticas públicas, inclusive os indicadores das suas bases de dados Global Poverty Monitoring Indicators, World Development Indicators, Logistics Performance Indicators, etc. Com a iniciativa acerca da divulgação de dados, todos os indicadores e dados estão disponíveis para o público no endereço <http://data.worldbank.org>.

## METODOLOGIA E DADOS

Os dados do *Doing Business* baseiam-se em leis e normas nacionais, bem como em requisitos administrativos. Os dados

de 185 economias — inclusive pequenas economias e algumas das economias mais pobres, para as quais existem poucos dados ou nenhum dado disponível em outros conjuntos de dados. (Para obter uma explicação detalhada da metodologia do *Doing Business*, consulte as notas dos dados.)

## Respondentes do *Doing Business*

Nos últimos dez anos, mais de 18.000 profissionais de 185 economias auxiliaram no fornecimento dos dados que informam os indicadores do *Doing Business*. O relatório deste ano baseia-se nas contribuições de mais de 9.600 profissionais.<sup>51</sup> A Tabela 20.2 das notas sobre dados apresenta uma lista do número de entrevistados para cada conjunto de indicadores. O site do *Doing Business* apresenta o número de entrevistados para cada economia e cada indicador. Os entrevistados são profissionais que rotineiramente gerenciam ou prestam consultoria sobre os requisitos jurídicos e regulatórios abordados em cada tópico

do *Doing Business*. Eles são selecionados de acordo com sua perícia nas áreas específicas abordadas pelo *Doing Business*. Devido ao foco em acordos legais e normativos, a maioria dos entrevistados é formada por profissionais da área jurídica, tais como advogados, juízes ou tabeliães. A pesquisa sobre informações de crédito é respondida por funcionários do registro ou serviço de crédito. Agentes aduaneiros, contadores, arquitetos, engenheiros e outros profissionais respondem às pesquisas relacionadas ao comércio através de fronteiras, impostos e alvarás de construção. Determinados funcionários públicos (tais como registradores da Junta Comercial ou registro de propriedades) também fornecem informações que são incorporadas aos indicadores.

## Fontes de informações para os dados

A maioria dos indicadores do *Doing Business* está baseada em leis e regulamentações. Além disso, a maior parte dos indicadores de custos é baseada nas tabelas de taxas oficiais. Os colaboradores do *Doing Business* preenchem questionários e fornecem referências para as leis, regulamentos e tabelas de preços pertinentes, ajudando a verificação dos dados e a garantia de qualidade. Obter amostras representativas dos colaboradores não é problema, pois os textos das leis e regulamentos relevantes são coletados e as respostas são verificadas quanto à exatidão.

No caso de alguns indicadores — como por exemplo, os referentes à obtenção de alvarás de construção, execução de contratos e resolução de insolvência — o componente de tempo e uma parte do componente de custo (onde não há tabelas de preços) baseiam-se na prática e não na legislação em vigor. Isso introduz um grau de parecer. A abordagem do *Doing Business* é, portanto, trabalhar com profissionais da área jurídica que normalmente se encarregam das transações envolvidas. Seguindo a abordagem metodológica padrão para os estudos de tempos e movimentos, o *Doing Business* decompõe cada processo ou transação, como a abertura de uma empresa ou registro de um imóvel, em etapas separadas para garantir uma melhor estimativa de tempo. A estimativa de tempo para cada etapa é fornecida por profissionais

com experiência significativa e rotineira na transação. Quando as estimativas de tempo forem diferentes, serão procuradas outras interações com os entrevistados para se chegar a uma estimativa que reflita a maioria dos casos pertinentes.

A forma como o *Doing Business* aborda a coleta de dados contrasta com o método da Enterprise Survey, que normalmente reflete a percepção e a experiência das empresas em um dado momento. Um advogado especializado em direito societário que registre 100-150 empresas por ano estará mais familiarizado com o processo do que um empresário que irá registrar uma empresa somente uma vez ou talvez duas. Um advogado ou juiz especializado em falências que lide com dezenas de casos por ano terá maior compreensão sobre falências do que uma empresa que talvez passe pelo processo apenas uma vez.

### Desenvolvimento da metodologia

A metodologia para calcular cada indicador é transparente, objetiva e fácil de replicar. Representantes eminentes do meio acadêmico colaboram com o desenvolvimento dos indicadores, garantindo o rigor acadêmico. Oito dos documentos sobre antecedentes que servem de base para os indicadores foram publicados em importantes periódicos sobre economia.<sup>52</sup>

O *Doing Business* utiliza uma abordagem simples de cálculo da média para ponderar os indicadores dos componentes e calcular as classificações e a medida da distância até a fronteira. Foram exploradas outras abordagens, inclusive o uso dos componentes principais e componentes não observados.<sup>53</sup> Eles produziram resultados quase idênticos aos do cálculo da média simples. Na ausência de uma estrutura teórica forte que atribua pesos diferentes aos tópicos abordados pelo *Doing Business*, para as 185 economias, é utilizado o método mais simples: atribuir o mesmo peso a todos os tópicos e, dentro de cada tópico, atribuir o mesmo peso a todos os componentes do tópico (para obter mais detalhes veja o capítulo sobre a facilidade para fazer negócios e a distância até a fronteira).<sup>54</sup>

### Melhorias na metodologia

A metodologia passou por melhorias constantes ao longo dos anos. No caso do indicador de execução de contratos, por

exemplo, o montante em litígio no estudo de caso passou de 50% para 200% da renda per capita após o primeiro ano da coleta de dados, uma vez que ficou claro que as reivindicações menores muito provavelmente não seriam levadas a tribunal.

Outra mudança estava relacionada com a abertura de uma empresa. O requisito de capital mínimo pode ser um obstáculo para o potencial empreendedor. O *Doing Business* mensurava o capital mínimo requerido, independentemente de ele ter que ser pago adiantadamente ou não. Em muitas economias apenas uma parte do capital mínimo tem que ser paga antecipadamente. Para refletir a significativa barreira à entrada, foi utilizado o capital mínimo integralizado e não o capital mínimo requerido.

O relatório deste ano inclui uma atualização da metodologia de classificação para o pagamento de impostos. O relatório do ano passado lançou um limiar para a taxa total de impostos com a finalidade de calcular a classificação da facilidade para pagar impostos. Essa mudança ocorreu em consequência de consultas acerca do instrumento e da metodologia da pesquisa quanto aos indicadores de pagamento de impostos com as partes interessadas externas, inclusive participantes do Diálogo Internacional Tributário. Todas as economias com taxa tributária total abaixo do limiar (que é calculado e ajustado anualmente) agora recebem a mesma classificação para o indicador de carga tributária total. O limiar deste ano está definido como o 15º percentil da distribuição da carga tributária total, que corresponde a um limiar para a carga tributária total de 25,7%.

### Ajustes dos dados

Todas as alterações na metodologia são explicadas nas notas sobre dados, bem como no website do *Doing Business*. Além disso, as séries temporais dos dados referentes de cada indicador e economia estão disponíveis no website, começando pelo primeiro ano em que o indicador ou a economia foi incluído no relatório. Para fornecer uma sequência cronológica comparável em termos de pesquisa, o conjunto de dados é calculado retroativamente para se ajustar às alterações em metodologia e a quaisquer revisões dos dados devido a correções. O conjunto de dados não é calculado retroativamente

para as revisões ano a ano dos dados da renda per capita (isso significa que quando os dados sobre a renda per capita são revisados pelas fontes de dados originais, o *Doing Business* não atualiza as medidas de custo para os anos anteriores). O site também disponibiliza todos os conjuntos de dados originais usados para documentos de referência.

As informações sobre correções de dados são apresentadas nas notas sobre dados e no site. Um procedimento de reclamações transparente permite que qualquer pessoa conteste os dados. Se após um processo de verificação de dados forem confirmados erros, eles serão corrigidos prontamente.

### NOTES

1. Banco Mundial 2005. Stampini e outros 2011.
2. Ver, por exemplo, Alesina e outros (2005); Perotti e Volpin (2005); Fisman e Sarria-Allende (2010); Antunes e Cavalcanti (2007); Barseghyan (2008); Klapper, Lewin e Quesada Delgado (2009); Freund e Bolaky (2008); Chang, Kaltani e Loayza (2009); Helpman, Melitz e Rubinstein (2008); Klapper, Laeven e Rajan (2006); Banco Mundial (2005); e Ardagna e Lusardi (2010).
3. Isso inclui Djankov e outros (2002); Djankov, McLiesh e Shleifer (2007); Djankov, La Porta e outros (2008); Djankov, Freund e Pham (2010); Djankov e outros (2003); Djankov, Hart e outros (2008); Botero e outros (2004); e Djankov e outros (2010).
4. Para obter mais detalhes sobre como é criada a classificação agregada, consulte o capítulo sobre a facilidade para fazer negócios e a distância até a fronteira.
5. Incluiu uma revisão do Grupo de Avaliação Independente do Banco Mundial (2008) e a contribuição do Diálogo Internacional Tributário, além de contribuição contínua do Indicators Advisory Group.
6. <http://www.doingbusiness.org>.
7. Peritos locais de 185 economias são pesquisados anualmente para a coleta e atualização de dados. Os peritos locais de cada economia estão listados no site do *Doing Business* (<http://www.doingbusiness.org>) e nos agradecimentos no final deste relatório.
8. De Soto 2000.
9. Schneider 2005; La Porta e Shleifer 2008.
10. Amin 2011.
11. <http://www.enterprisesurveys.org>.



12. Narayan e outros 2000.
13. OCDE — Indicadores de Regulamentação de Mercados de Produtos, <http://www.oecd.org/>. As medidas são agregadas em 3 grandes famílias que captam o controle do Estado, as barreiras ao empreendedorismo e as barreiras ao comércio e investimento internacional. Os 39 países incluídos nos indicadores de regulamentação do mercado da OCDE são Austrália, Áustria, Bélgica, Brasil, Canadá, Chile, China, República Tcheca, Dinamarca, Estônia, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Hungria, Islândia, Índia, Irlanda, Israel, Itália, Japão, Coreia, Luxemburgo, México, Holanda, Nova Zelândia, Noruega, Polônia, Portugal, Rússia, República da Eslováquia, Eslovênia, África do Sul, Espanha, Suécia, Suíça, Turquia, Reino Unido e Estados Unidos.
14. O *Relatório sobre a Competitividade Mundial* do Fórum Econômico Internacional utiliza os conjuntos de dados do *Doing Business* sobre a abertura de uma empresa, emprego de trabalhadores, proteção de investidores e obtenção de crédito (direitos jurídicos) representando 7 de um total de 113 indicadores diferentes (ou 6,19%).
15. Hallward-Driemeier, Khun-Jush e Pritchett (2010), analisando os dados das Pesquisas do Banco Mundial sobre Empresas para a África Subsaariana, demonstram que medidas jurídicas, tais como os indicadores do *Doing Business* não têm, na prática, relação com as respostas ex-post no nível de empresas, comprovando que as negociações, e não as regras, prevalecem na África. Os autores constatam que o hiato entre as condições de direito e de fato aumenta de acordo com a carga normativa formal. A evidência demonstra também que os processos mais pesados abrem mais espaço para fazer negociações e que é possível que as empresas não incorram nos custos oficiais de conformidade e, ainda mais, pagam para evitá-los.
16. Foi dada muita atenção à exploração de vínculos com os resultados macroeconômicos, tais como criação de empresas e de empregos. Pesquisas recente enfocam como as regulamentações de negócios afetam o comportamento de empresas por meio da criação de incentivos (ou desincentivos) para registrar-se e operar formalmente, criar empregos, inovar e aumentar a produtividade. Para obter detalhes, consulte Djankov e outros (2002); Alesina e outros (2005); Banerjee e Duflo (2005); Perotti e Volpin (2005); Klapper, Laeven e Rajan (2006); Fisman e Sarria-Allende (2010); Antunes e Cavalcanti (2007); Barseghyan (2008); Eifert (2009); Klapper, Lewin e Quesada Delgado (2009); Djankov, Freund e Pham (2010); Klapper e Love (2011a); Chari (2011); e Bruhn (2011).
17. Segundo pesquisas para a citação de 9 documentos sobre antecedentes que servem de base para os indicadores do *Doing Business* no Índice de Citações sobre Ciências Sociais e no Google Scholar (<http://scholar.google.com>).
18. Djankov, McLiesch e Ramalho 2006.
19. Eifert 2009.
20. Klapper, Lewin e Quesada Delgado 2009. Taxa de entrada refere-se às novas empresas registradas como percentual do total de empresas registradas. A densidade dos negócios é definida como o número total de empresas como percentual da população em idade de trabalho (de 18 a 65 anos).
21. Ciccone e Papaioannou 2007.
22. Alesina e outros 2005.
23. Loayza, Oviedo e Servén 2005; Barseghyan 2008.
24. Dulleck, Frijters e Winter-Ebmer 2006; Calderon, Chong e Leon 2007; Micco e Pagés 2006.
25. Masatlioglu e Rigolini 2008; Djankov 2009.
26. Cardenas e Roza 2009.
27. Bruhn 2011.
28. Kaplan, Piedra e Seira 2007.
29. Bruhn 2012.
30. Aghion e outros 2008.
31. Sharma 2009.
32. Chari 2011.
33. Branstetter e outros 2010.
34. Djankov, Freund e Pham 2010.
35. Iwanow e Kirkpatrick 2009.
36. Freund e Rocha 2011.
37. Seker 2011.
38. Portugal-Perez e Wilson 2011.
39. Hoekman e Nicita 2011.
40. Nunn 2007.
41. Rauch 2010.
42. Chang, Kaltani e Loayza 2009; Cuñat e Melitz 2007.
43. <http://www.enterprisesurveys.org>.
44. Haselmann, Pistor e Vig 2010. Os países estudados foram Bulgária, Croácia, República Tcheca, Estônia, Hungria, Letônia, Lituânia, Polônia, Romênia, República Eslovaca, Eslovênia e Ucrânia.
45. Djankov, McLiesch e Shleifer 2007; Houston e outros 2010.
46. Visaria 2009. Em um estudo de acompanhamento, von Lilienfeld-Toal, Mookherjee e Visaria (2012) descobriram que os efeitos médios identificados por Visaria (2009) diferem entre mutuários ricos e pobres, quando a oferta de crédito é inelástica (por causa dos limites de tais recursos como fundos, pessoal e informação). Em particular, eles descobriram que, no curto prazo após a introdução de tribunais de recuperação de dívidas, os mutuários com menos garantias podem ver uma redução no acesso ao crédito, enquanto aqueles com mais garantias podem ver um aumento. Mas os autores também mostram que esse efeito de curto prazo desaparece com o tempo, quando os bancos são capazes de aumentar seus recursos e a oferta de crédito se torna elástica.
47. Funchal 2008.
48. Giné e Love (2010) sobre a Colômbia; Dewaelheyns e Van Hulle (2008) sobre a Bélgica.
49. Franks e outros 2011.
50. Um estudo recente que utiliza os indicadores do *Doing Business* ilustra as dificuldades de usar indicadores muito desagregados para identificar as prioridades para reforma (Kraay e Tawara 2011).
51. Enquanto cerca de 9.600 colaboradores forneceram dados para o relatório deste ano, muitos deles concluíram uma pesquisa para mais de um indicador do *Doing Business*. De fato, o número total de inquéritos concluídos para o relatório deste ano é mais de 12.000, o que representa uma medida mais precisa das entradas recebidas. O número médio de questionários para os indicadores e em cada economia é um pouco menos de 6. Para mais detalhes, consulte <http://www.doingbusiness.org/contributors/doing-business>.
52. Todos os documentos sobre antecedentes estão disponíveis no site do *Doing Business* (<http://www.doingbusiness.org>).
53. Para obter mais detalhes, consulte o capítulo sobre a facilidade para fazer negócios e a distância até a fronteira.
54. Uma nota técnica sobre métodos diferentes de agregação e ponderação está disponível no site do *Doing Business* (<http://www.doingbusiness.org>).







BANCO  
MUNDIAL



**IFC**  
Corporação  
Financeira  
Internacional  
Grupo Banco Mundial

[WWW.DOINGBUSINESS.ORG](http://WWW.DOINGBUSINESS.ORG)

